



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL**

MAYKON ALBUQUERQUE LACERDA

**UM ESTUDO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO LAJEIRO DO ESCRIVÃO EM
SÃO JOÃO DO SÓTER-MA: (re) pensando o ensino de História Local, através da
Educação Patrimonial**

São Luís
2024

MAYKON ALBUQUERQUE LACERDA

**UM ESTUDO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO LAJEIRO DO ESCRIVÃO EM
SÃO JOÃO DO SÓTER-MA: (re) pensando o ensino de História Local, através da
Educação Patrimonial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História- Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jakson dos Santos Ribeiro.

Linha de pesquisa: Memórias e saberes históricos.

São Luís
2024

Lacerda, Maykon Albuquerque.

Um estudo sobre o Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão em São João do Sóter-MA: (re) pensando o ensino de história local, através da educação patrimonial / Maykon Albuquerque Lacerda. – São Luís, 2024.

75 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Jakson dos Santos Ribeiro.

1. Patrimônio Arqueológico. 2. Lajeiro do Escrivão. 3. Ensino de História. 4. História Local. 5. Educação Patrimonial. I.Título.

CDU 93/94:37: 902(812.1)

Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837

MAYKON ALBUQUERQUE LACERDA

**UM ESTUDO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO LAJEIRO DO ESCRIVÃO EM
SÃO JOÃO DO SÓTER-MA: (re) pensando o ensino de História Local, através da
Educação Patrimonial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História- Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Memórias e saberes históricos.

Aprovada em: 30 / 10 / 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **JAKSON DOS SANTOS RIBEIRO**
Data: 31/01/2025 15:21:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jakson dos Santos Ribeiro (Orientador)
(PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO EVALDO ALMEIDA BARROS**
Data: 31/01/2025 10:29:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros (Examinador interno)
(PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIA DA SILVA MOTA**
Data: 31/01/2025 12:12:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Antonia da Silva Mota (Examinadora externa)
(PROFHISTÓRIA/UFMA)

Profa. Dra. Raissa Gabriele Vieira Cirino (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

Dedico este estudo e pesquisa, a todos os leitores e defensores do Patrimônio Arqueológico, em especial, aos sotenses, bem como aqueles que valorizam a história local, como contribuição ao processo de ensino-aprendizagem e possibilidade de construção do saber arqueológico e histórico escolar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me manter com saúde física, emocional e espiritual, sempre!

À minha família, meu alicerce e bem mais precioso; de modo especial, com estima e apreço, à minha mãe, Maria Luiza Loura Albuquerque Lacerda, por ter me proporcionado uma formação humana, familiar e escolar por excelência;

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST/UEMA), em nome da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que nesse biênio e alguns meses a mais (abr./2022 a ago./2024), ensinou, significamente, minha formação continuada, pelo apanhado de saberes, aprendizagens e reciprocidades construídas e compartilhadas;

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG/UEMA), por ter me concedido uma Bolsa de Mestrado (2022-2024), através do Programa de Bolsa de Mestrado e Doutorado da UEMA.

Ao Prof. Dr. Jakson dos Santos Ribeiro, meu orientador acadêmico e amigo pessoal, pela devida compreensão, orientação e inúmeras contribuições pertinentes ao meu processo de pesquisa e escrita histórica, além de ter-me ampliado novos olhares, possibilidades e caminhos a serem percorridos. Muitíssimo obrigado!

Ao arqueólogo Deusdedit Carneiro Leite Filho, diretor do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAMA), pelo esforço em ter me ajudado, prontamente, no que tange à acessibilidade e disponibilidade de fontes materiais que compõem seu Acervo Particular, em especial, o modo como me acolheu no referido espaço museal, para um contato direto e produtivo com alguns fragmentos documentais, mapeados ao longo de minha pesquisa; sempre solícito e carregado de memórias culturais. Sou eternamente, grato!

Aos professores do PPGHIST/UEMA: Profa. Dra. Viviane; Profa. Dra. Raíssa e Prof. Dr. Evaldo, que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, sobretudo, com indicações bibliográficas. E é claro, à Profa. Dra. Antonia Mota, da UFMA, por ter aceitado este desafio de acompanhar meu processo de escrita e por sua sensibilidade humana e profissional, perceptível em suas falas e norteamientos.

No mais, sou agradecido a todos os sujeitos desta pesquisa, direta ou indiretamente, bem como aqueles que fizeram parte de minha estada na capital, São Luís, do Maranhão. Eu, um jovem historiador, de Caxias, experienciei uma vida cosmopolita. Agradeço as portas abertas a mim, com ética e responsabilidade.

RESUMO

Este trabalho sobre patrimônio arqueológico no Maranhão, visa compreender o Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão, localizado no município de São João do Sóter, ao (re) pensá-lo a partir das intersecções possibilitadas entre a Arqueologia Pré-colonial e o ensino de História Local, sob a abordagem da Educação Patrimonial, enquanto proposta e estratégia de valoração, preservação e salvaguarda de bens patrimoniais arqueológicos. Nessa perspectiva, a problemática deste estudo sobre registros rupestres em sítios pré-coloniais, consiste em descortinar realidades distintas e possíveis experiências humanas e remotas ocorridas, onde hoje se configura como Região dos Cocais, a leste do estado. Com isso, em termos teórico-metodológicos, partiu-se de uma pesquisa bibliográfico-documental e hemerográfica, de cunho qualitativo e descritivo, dada a bibliografia especializada analisada e a variabilidade de fontes mapeadas, somado às visitas técnicas de campo realizadas no sítio abordado. Nesse sentido, percebe-se a relevância singular do Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão, por suas gravuras rupestres (petróglifos) feitas no paredão rochoso que o compõe fisicamente. O local em questão é um marco referencial, tanto no resgate de um passado rupestre, quanto um lugar de memórias étnicas constituídas, devendo ser reconhecido oficialmente e democratizado na contemporaneidade, através de formações socioculturais, ecoturísticas e escolares fomentadas naquela região. Portanto, tem-se como proposta final deste trabalho, um guia didático voltado para professores de História das turmas de 6º ano do Ensino Fundamental, especialmente, para aqueles que atuam na Rede Pública Municipal de Ensino de São João do Sóter/MA.

Palavras-chave: Patrimônio Arqueológico; Lajeiro do Escrivão; Ensino de História; História Local; Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This work on archaeological heritage in Maranhão aims to understand the Lajeiro do Escrivão Archaeological Site, located in the municipality of São João do Sóter, by (re)thinking it from the intersections made possible between Pre-colonial Archaeology and Local History teaching, under the Heritage Education approach, as a proposal and strategy for valuing, preserving and safeguarding archaeological heritage assets. From this perspective, the problem of this study on rock records in pre-colonial sites consists of revealing different realities and possible remote human experiences that took place in what is now known as the Cocais Region, in the east of the state. In theoretical and methodological terms, this was a qualitative and descriptive bibliographic-documentary and hemerographic study, given the specialized bibliography analyzed and the variability of the sources mapped, in addition to the technical field visits made to the site in question. In this sense, the unique relevance of the Lajeiro do Escrivão Archaeological Site can be seen in its rock engravings (petroglyphs) made on the rocky wall that physically makes it up. The site in question is a landmark, both in terms of recovering a rock art past and as a place of constituted ethnic memories, and should be officially recognized and democratized in contemporary times, through socio-cultural, ecotourism and school formations fostered in the region. Therefore, the final proposal of this work is a teaching guide aimed at History teachers of 6th grade classes, especially those who work in the Municipal Public Education Network of São João do Sóter/MA.

Keywords: Archaeological Heritage; Lajeiro do Escrivão; History Teaching; Local History; Heritage Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Notícia jornalística de “descoberta arqueológica” na Região dos Cocais	35
Figura 2 - Atual condição do sítio abordado (abrigo sob rocha)	37
Figura 3 - Paredão rochoso que sofre com a ação do intemperismo físico e biológico	38
Figura 4 - Figura antropomórfica	38
Figura 5 - Figuras fitomórficas	38
Figura 6 - Localização geográfica do Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão	40
Figura 7 - Divulgação do Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão no blog da Sincotur/SJS .	42
Figura 8 - Divulgação do Lajeiro do Escrivão nas seguintes plataformas virtuais: blog e site	43
Figura 9 - Divulgação do Lajeiro do Escrivão na seguinte plataforma virtual: Youtube.....	45
Figura 10 - Pesquisadores em visita técnica ao sítio retratado	46
Figura 11 - Entrada para o sítio arqueológico e algumas moradias do Povoado Redondo	46
Figura 12 - Sr. Miguel Alves, antigo morador do Povoado Redondo	47
Figura 13 - Lagoa próxima ao sítio (propriedade particular)	48
Figura 14 - Placas indicativas de orientação geográfica (propriedade particular)	49
Figura 15 - Mapa de localização e distribuição de sítios pré-coloniais no Maranhão.....	50
Figura 16 - Mapa de localização do Território ou Região dos Cocais, Maranhão, NE/Brasil	51
Figura 17 - Proposta curricular para o ensino de História no Maranhão – 6º ano do ensino fundamental.	57
Figura 18 - Estrutura básica de um guia didático	64
Figura 19 - Capa do Guia Didático.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista com os vários nomes atribuídos ao sítio arqueológico retratado.....	36
Tabela 2 - Sítios arqueológicos próximos ao Lajeiro do Escrivão, em São João do Sóter/MA.....	60

LISTA DE SIGLAS

AML	- Academia Maranhense de Letras
CNIGP	- Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos
CNSA	- Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CPHNAMA	- Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão
DPHAP/MA	- Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão
FUNDHAM	- Fundação do Homem Americano
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGM	- Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LARQ	- Laboratório de Arqueologia
MEC	- Ministério da Educação
NE	- Nordeste
PRONAPA	- Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
PRONAPABA	- Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica
SICG	- Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SPHAN	- Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UFPI	- Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MARANHÃO.....	16
2.1 Um panorama histórico da Arqueologia no Brasil: a construção de uma ciência .	16
2.2 Evidências arqueológicas no território maranhense: grafismos ou registros rupestres?.....	21
2.3 Espaços institucionais, legislações vigentes e discussões contemporâneas referentes ao aspecto patrimonial arqueológico do leste maranhense.....	24
3 LAJEIRO DO ESCRIVÃO NA REGIÃO DOS COCAIS	29
3.1 Historicidade rupestre local: a relação entre lugar de memórias, identidades e saberes	29
3.2 Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão: um lugar de memórias étnicas e milenares	34
3.3 Visita técnica feita ao sítio: alguns olhares, reflexões e descrições de espaços e sujeitos	45
4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: A PROPOSTA DE UM GUIA DIDÁTICO PARA PROFESSORES DE HISTÓRIA	52
4.1 Educação Patrimonial e ensino de História Local: tecendo novas discussões e reflexões	52
4.2 Um objeto de conhecimento em sala de aula: a inserção de bens arqueológicos no ensino de História Local e a formação de uma consciência histórica.....	56
4.3 Arcabouço teórico do produto educacional: a construção de um Guia Didático ...	63
4.4 Descrição técnica e metodológica do guia proposto: um material didático-pedagógico para Professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental.....	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

“Fazer com que o presente sirva o passado”
(Binford, 1983, p. 32).

A epígrafe acima fora mencionada pelo arqueólogo americano Lewis R. Binford (1983, p. 32), um dos mais proeminentes teóricos da Arqueologia Contemporânea, desde os anos de 1960, com a chamada Nova Arqueologia em contraposição à Arqueologia tradicional (século XIX). Sendo uma de suas obras mais famosas: *Em busca do passado: a decodificação do registro arqueológico* (1983), na qual, segundo o autor, se estuda o passado mais para aprender sobre o presente, pois é este quem dar sentido aos vestígios ou rastros humanos.

Por sinal, o que torna mais notório ainda e dinâmico este trabalho dissertativo, diga-se de passagem, inacabado, pois considero este estudo sobre o Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão, em São João do Sóter, Maranhão, como uma iniciativa pioneira no campo do Patrimônio Cultural de natureza material, por se tratar de um bem arqueológico local, sob o viés do Ensino de História e ao mesmo tempo, por proporcionar e direcionar um produto educacional para a educação básica. Logo, servirá como referência para novas e futuras pesquisas arqueológicas e históricas na área onde se localiza o sítio retratado, bem como para os sujeitos que compõem seu entorno.

Em virtude disso, o interesse pela temática e desenvolvimento desta pesquisa e estudo iniciou em 2019, quando fui convidado pelo Prof. Me. Reinaldo dos Santos Barroso Júnior (UEMA/campus Caxias) a ser bolsista PIBEX/UEMA (período de duração: outubro/2019 a setembro/2020) e a pesquisar sobre o Lajeiro do Escrivão, um sítio do tipo registro rupestre – ou grafismos, situado em um município vizinho a Caxias, São João do Sóter. Dito isso, prontamente aceitei a proposta e desenvolvi minha pesquisa e trabalho de extensão com alguns moradores da comunidade rural próxima ao sítio, no Povoado Redondo, tendo como trabalho final de bolsa de pesquisa, uma cartilha informativa voltada para aqueles sujeitos locais, a fim de eles conhecerem melhor a historicidade rupestre e alguns aspectos do cotidiano dos grupos étnicos que deixaram seus registros a milhares de anos no sítio retratado.

Um processo que não fora fácil, pois as pesquisas arqueológicas no estado do Maranhão se concentram, principalmente, na baixada maranhense e em áreas próximas à capital, São Luís, deixando uma lacuna científica no que tange às ausências de novas pesquisas e produções em outras partes do território regional. Até mesmo no que concerne às produções existentes, pois mapear e ter acesso a produções feitas sobre a Arqueologia Maranhense são

raras e escassas. Na verdade, são poucas produções, por sua vez, oriundas da década de 1970, 1980 e 1990 e feitas por não profissionais especializados, geralmente, escritores e bacharéis, sob o fomento de instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e a Academia Maranhense de Letras (AML).

Por consequente, consolidou-se um grande desafio para a construção deste trabalho, visto que, tive que consultar produções um pouco defasadas, junto às poucas monografias averiguadas dentro da História, por exemplo, os trabalhos referenciais de Barbalho Junior (2001) e Bandeira (2003), que descortinam algumas possibilidades e novos olhares em relação ao tratamento dado às particularidades arqueológicas em âmbito regional.

Mediante essa constatação, percebe-se que o campo arqueológico no estado é centrado em uma determinada região geográfica, o Norte, deixando regiões como, o leste maranhense, negligenciado em termos de estudos e pesquisas científicas na contemporaneidade, visto que embora existam poucas iniciativas referentes a bens arqueológicos no estado, esses trabalhos inéditos acabam sendo feitos por historiadores, e não, arqueólogos especializados, uma vez que o Maranhão não possui nenhum curso de graduação em Arqueologia em suas Instituições de Ensino Superior e públicas, seja a UEMA ou a UFMA. Uma constatação que leva os historiadores do estado a se aventurarem nas pesquisas arqueológicas.

Em contrapartida, no Maranhão, existem algumas instituições que incentivam e promovem iniciativas arqueológicas regionalmente, como a Superintendência do Iphan, o Cphnama e o Laboratório de Arqueologia (Larq), da UFMA, sendo espaços institucionais, mas que necessitam, constantemente, de parcerias e fomento financeiro quanto à salvaguarda do patrimônio arqueológico, sobretudo, através do governo estadual.

A partir disso, segundo o Iphan (Brasil, 2023), compreende-se que devido ao vasto território maranhense, muitos sítios arqueológicos do tipo registro rupestre, de vários tipos e formas, acabam ficando marginalizados em termos de manutenção, proteção e promoção nas mais distintas esferas públicas, fazendo com que a sociedade, de modo em geral, desconheça esses bens patrimoniais e tenham pouco ou nenhum acesso às produções no campo arqueológico ou educacional. De fato, existe uma legislação específica, mas não há uma fiscalização abrangente e rigorosa.

Assim, uma problemática que potencializa, ainda mais, o caráter inédito de minha pesquisa e estudo é tentar evidenciar algumas experiências étnicos-milenares deixadas por grupos humanos (nômades/paleoameríndios), que migravam de uma região a outra em busca

de condicionamentos para garantir suas sobrevivências, tidos como sujeitos pré-coloniais (povos originários) mais remotos do que os próprios indígenas, que tiveram contato com o homem europeu ocidental.

Uma afirmação que será comprovada pela famosa *etnia de passagem* – teoria arqueológica (Binford, 1983), que possibilita a esta pesquisa e estudo evidente, afirmar que grupos étnicos (sob o viés decolonial, será evitado o termo “pré-histórico”), saíram do sul e sudoeste do atual Piauí e se deslocaram para a região amazônica, atravessando o que hoje se entende como território do Maranhão, precisamente em um espaço estratégico de ocupação (Martin, 2013). Por isso, o Lajeiro do Escrivão é um sítio de rocha sob abrigo, por ter alojado, em suas cavidades areníticas antigos, grupos humanos.

Com isso, percebe-se o patrimônio cultural material como instrumento de constituição de narrativa para se compreender melhor as experiências étnico-milenares deixadas por antigos grupos humanos que passaram há milhares de anos na Região dos Cocais. Nessa lógica, para Viana e Mello (2013, p. 51): “Todo patrimônio possui uma metanarrativa que procura justificar sua própria existência, e, a partir da qual – com variações em um ou outro aspecto – narrativas mais ‘conjunturais’ vão sendo construídas”. Ou seja, elas indicam que em meio a um jogo de tensões e disputas entre as várias representações sociais existentes, estas acabam permeando a atribuição de sentido, logo, a escolha e permanência de determinado bem patrimonial.

Nesse viés, as autoras consideram que os usos do patrimônio no ensino e aprendizagem histórica ocorrem através de um triplo movimento, a saber:

[...] de construção, desconstrução e reconstrução. No primeiro caso, trata-se da atribuição de sentido para a trajetória de indivíduos e grupos, constituindo identidades orientadoras que funcionam como mecanismo de acesso à percepção de si mesmo enquanto sujeito ativo da história. No segundo, a apreensão da existência de outras possibilidades, igualmente legítimas, de criação cultural, embora, nem sempre apresentadas na forma de narrativas históricas com o mesmo grau de sentido e adesão. Já no terceiro, verifica-se a interseção entre elementos intrínsecos ao código cultural e outros externamente adquiridos [...] (Viana; Mello, 2013, p. 57).

Diante disso, mais do que potencializar e conceber, por exemplo, o Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão como um lugar de memórias e fazer com que as comunidades rurais e escolares, que se localizam ao seu redor, consigam perceber e ter este bem patrimonial como referência identitária, é justamente, provocar e trazer à tona os possíveis sujeitos que residiam ou passaram naquela região, há milhares de anos, onde hoje se situa o sítio, isto é,

grupos étnicos de ascendência indígena que deixaram seus registros rupestres nos paredões rochosos que compõem o Lajeiro do Escrivão.

Nesse sentido, esse triplo movimento de “construção, desconstrução e reconstrução”, citado por Viana e Mello (2013, p. 57), pode ser uma possibilidade para pensar estratégias que contemplem o reconhecimento das referências culturais, sobretudo, aproximando sujeitos escolares desses bens patrimoniais, fazendo com que professores e estudantes do município de São João do Sóter compartilhem suas memórias, experiências e projeções em relação à real necessidade de se preservar, divulgar e tornar público o sítio arqueológico Lajeiro do Escrivão, visto que, um bem patrimonial é sempre objeto de disputas e tensões, principalmente na contemporaneidade.

Diante desse contexto, os conhecimentos arqueológicos, para além de nos informar sobre sociedades específicas, podem ajudar a lançar questões referentes à História Local, sua constituição, entendimento pelos sujeitos que a fazem e sua divulgação, de modo que cabe o questionamento: em se tratando de sociedades pré-coloniais, como seus vestígios são tratados no presente? Na prática, descortinar processos, contribui para ampliar os modos de se entender os elementos materiais, provocando reflexões e inquietudes sobre o contexto social dos sujeitos no tempo presente.

Em termos teórico-metodológico, este trabalho dissertativo partiu de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo-descritivo e documental, mediante a consulta e análise de fontes escritas, tais como: boletins oficiais, fichas técnicas e relatórios de viagens (Leite Filho, 1997, 1998, 2000, 2012, 2017); além do jornal caxiense – Folha dos Cocais (fonte hemerográfica) e do inventário turístico de São João do Sóter (Barbosa; Souza, 2019).

Somado a isso, foram realizadas algumas atividades de campo (visitas acompanhadas) e tiragem de fotografias para se explorar os elementos característicos e formativos do sítio arqueológico Lajeiro do Escrivão e consulta aos principais documentos da legislação educacional e patrimonial, como: portarias do IPHAN, leis específicas, censo do IBGE de 2022, o DCTMA (Maranhão, 2019), os PCN's de História – 3º e 4º ciclo (Brasil, 1998) e a BNCC (Brasil, 2018). Além de consulta a blogs, sites e canais do *YouTube* que tratam do sítio estudado. O estudo foi, subsidiado, principalmente, por: Binford (1983); Bandeira (2003); Bandeira e Brandi (2014); Barbalho Junior (2001); Bittencourt (2008); Candau (2008, 2011); Funari (2003); Le Goff (2013); Martin (2013); Nora (1993); Viana (2016), Schmidt e Cainelli (2009), dentre outros.

Com isso, esta dissertação foi estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo

intitulado “Patrimônio Arqueológico do Maranhão” trata-se de um arcabouço regional, de cunho bibliográfico, que abrange a relação tríade “panorama-evidências-espacos institucionais” direcionadas ao quesito patrimonial arqueológico, desde discussões, consolidações, pesquisas e novas divulgações. Este capítulo é composto pelas seguintes subseções, respectivamente: Um panorama histórico da Arqueologia no Brasil: a construção de uma ciência; Evidências arqueológicas no território maranhense: grafismos ou registros rupestres? Espaços institucionais, legislações vigentes e discussões contemporâneas referentes ao aspecto patrimonial arqueológico do leste maranhense.

Adiante, o segundo capítulo nomeado “Lajeiro do Escrivão na Região dos Cocais” possibilita uma discussão central em torno da historicidade rupestre do sítio estudado, concebendo-o como um lugar de memórias étnicas, a partir da formação identitária e de saberes históricos de seus sujeitos no tempo presente, através do resgate de cenas que retratam o cotidiano humano de antepassados na Região dos Cocais. Tal capítulo apresenta-se subdividido em três subseções, sequencialmente: Historicidade rupestre local: a relação entre lugar de memórias, identidades e saberes; Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão: um lugar de memórias étnicas e milenares; Visita técnica feita ao sítio: alguns olhares, reflexões e descrições de espaços e sujeitos.

E por último, o capítulo intitulado “Educação Patrimonial no ensino de História Local: a proposta de um Guia Didático para Professores de História”, o qual contempla, precisamente, questões que vão desde a inserção correta da metodologia Educação Patrimonial no ensino de História, até sugestões de como se trabalhar e abordar bens arqueológicos ou patrimoniais em sala de aula, como objeto de conhecimento por parte de alunos e professores da educação básica. Um contributo para a formação de uma aprendizagem e consciência histórica, dado o processo de estimulação de saberes acerca do patrimônio arqueológico local.

E é claro, tendo como proposição final, um Guia Didático para professores de História de turmas do 6º ano do Ensino Fundamental, em especial, para aqueles que atuam na Rede Pública Municipal de Ensino de São João do Sóter, Maranhão, sendo que este capítulo está subdividido em quatro subseções, na seguinte ordem: Educação Patrimonial e ensino de História Local: tecendo novas discussões e reflexões; Um objeto de conhecimento em sala de aula: a inserção de bens arqueológicos no ensino de História Local e a formação de uma consciência histórica; Arcabouço teórico do produto educacional: a construção de um Guia Didático; Descrição técnica e metodológica do guia proposto: um material didático-pedagógico para Professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental.

2 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MARANHÃO

Este capítulo inicial visa tratar de um arcabouço temático e específico, teoricamente, ao fazer um panorama histórico do surgimento da Arqueologia como campo científico e seu processo de implantação e consolidação no Brasil, precisamente, somada às evidências arqueológicas mapeadas no território maranhense, sobretudo, seus grafismos ou registros rupestres típicos do leste do estado e que fazem parte da Região dos Cocais. Uma constatação científica, oriunda dos espaços institucionais, das legislações vigentes e das discussões contemporâneas no tocante ao aspecto patrimonial arqueológico do Maranhão.

2.1 Um panorama histórico da Arqueologia no Brasil: a construção de uma ciência

Etimologicamente, a palavra Arqueologia¹ origina-se do grego que significa “conhecimento dos primórdios” ou “o relato das coisas antigas” (Funari, 2003, p. 13). Com isso, tradicionalmente, durante muito tempo, alguns pesquisadores limitaram o seu objeto de estudo aos restos materiais das atividades humanas no passado². No entanto, nos últimos anos, a Arqueologia tem alargado seu campo de ação para o estudo da cultura material de qualquer época, sendo este estudo uma totalidade material e imaterial, sem limitações de ordem cronológica. Ou seja, em termos materiais, se refere à vida humana no passado e no presente.

Logo, essa consideração referente ao campo da Arqueologia acaba por confrontar com a ideia de que os arqueólogos resgatam objetos da cultura material e tratam dados e informações brutas, meramente. Dados coletados que serão processados e interpretados por outras áreas do conhecimento, como a História e a Antropologia.

Com isso, as renovações dos estudos técnicos-científicos esclarecem que, de fato, “[...] a arqueologia é o estudo da cultura material que busca compreender as relações sociais e as transformações da sociedade” (Funari, 2003, p. 15), sendo essas relações e transformações

¹ Independentemente, de quaisquer conceitos teóricos atribuídos à Arqueologia, seu objetivo consiste na reconstituição das culturas humanas na contemporaneidade, uma vez que segundo Binford (1983, p. 29), o maior desafio que a Arqueologia, enquanto campo científico, oferece “[...] é, pois, literalmente, o de traduzir observações contemporâneas de coisas materiais estáticas em afirmações sobre a dinâmica dos modos de vida do passado e sobre as condições que permitiram a sobrevivência dessas coisas até o presente”.

² Estes restos materiais são as marcas deixadas pelos homens, ou melhor, os vestígios arqueológicos do que um dia determinou o modo de vida humana em condições remotas. Assim, “o que sobrou daquele tempo e que pode esclarecer muito sobre aquelas civilizações são encontradas nos Sambaquis, nas Estearias, nos grafismos sob rocha e artefatos, cabendo então aos estudiosos tentar descobrir o que todas estas marcas podem esclarecer” (Barbalho Junior, 2001, p. 15).

parte do campo arqueológico como ciência e, não uma simples disciplina auxiliar da História, Antropologia ou Ciências Sociais.

Por ter caráter científico, a Arqueologia possui um arcabouço teórico-metodológico específico, métodos, técnicas, objetos de investigações e análises adequadas. Em outras palavras, trata-se de uma “ciência em construção” (Funari, 2003, p. 17), preocupada com o funcionamento e as transformações das sociedades humanas, configurando-se a um só tempo histórica e antropológica.

Nesse sentido, esclarece-se que o surgimento da Arqueologia está intrínseco ao contexto imperialista do século XIX, “como subproduto da expansão das potências coloniais europeias e dos Estados Unidos, que procuravam enriquecer explorando outros territórios” (Funari, 2003, p. 10), o que acabou reforçando a ideia do explorador como aventureiro; fama que se propagou em torno da profissão, sobretudo, através de produções cinematográficas estadunidenses, a exemplo da coleção de filmes *Indiana Jones*. Desse modo, o arqueólogo foi estigmatizado à figura de um caçador ou descobridor de tesouros, visão meramente romantizada, pois para além disso, o seu trabalho consiste em execuções de etapas concretas quando se encontra em atividade de campo.

Assim, cabe esclarecer definitivamente do que se trata e a funcionalidade do conhecimento arqueológico, sendo que:

A arqueologia é uma forma de história e não uma simples disciplina auxiliar. Os dados arqueológicos são documentos históricos por direito próprio e não meras abonações de textos escritos. Exatamente como qualquer outro historiador, um arqueólogo estuda e procura reconstruir o processo pelo qual se criou o mundo em que vivemos – e nós próprios, na medida em que somos criaturas do nosso tempo e do nosso ambiente social. Os dados arqueológicos são constituídos por todas as alterações no mundo material resultante da ação humana. O seu conjunto constitui os chamados conjuntos arqueológicos. Estes apresentam particularidades e limitações cujas consequências se revelam no contraste bem visível entre história arqueológica e a outra forma usual de história, baseada em documentos escritos. O testemunho arqueológico é constituído por ‘tipos’ encontrados em associações significativas. Um artefato isolado e sem contexto não constitui um dado arqueológico e, sim, um objeto curioso (Childe, 1977, p. 11 apud Funari, 2003, p. 22).

O arqueólogo australiano Gordon Childe (1977), conforme Funari (2003), em sua proposição, toma os artefatos arqueológicos como uma juntada documental palpável que, aglutinados em tipos específicos, constituem uma herança social, enquanto desdobramento de um possível compartilhamento de tradições, modos de vida, instituições, dentre outros elementos. Para o autor, alcançar os aspectos imateriais de uma determinada cultura seria um processo parcial, por intermédio da produção material que sobrevivera no transcorrer do tempo.

No Brasil³, por sua vez, a Arqueologia iniciou-se com Peter Wilhelm Lund no século XIX, durante o Período Imperial. Esse estudioso montou um laboratório de paleontologia (estudo dos animais antigos), em Lagoa Santa, Minas Gerais, onde, entre 1834 e 1844, mapeou 800 cavernas aproximadamente e descobriu fósseis antiquíssimos, bem como animais extintos e restos humanos.

Posteriormente, na República, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), iniciou-se a pesquisa arqueológica no âmbito universitário, através do intelectual Paulo Duarte⁴, responsável pelos primeiros estudos e produções científicas no campo da Arqueologia Brasileira⁵, além de formar a primeira geração de arqueólogos nacionais.

Adiante, no contexto conturbado do regime civil-militar no país (1964-1985), houve um processo de restrição em relação às pesquisas arqueológicas, à época, em desenvolvimento, concebidas como integrantes de uma recém arqueologia humanista. Restrições estas, articuladas pelos militares que se encontravam no poder, ou melhor, autoridades brasileiras que “[...] favoreciam o projeto norte-americano do Programa Nacional (ironicamente assim chamado) de Pesquisas Arqueológicas⁶ (Pronapa), comandado em Washington, Estados Unidos” (Funari, 2003, p. 26).

O que conseqüentemente acarretaram pesquisas oriundas de práticas de campo defasadas, sem nenhuma preocupação com uma leitura crítico-reflexiva, interpretativa e aprofundada da realidade, deixando de lado qualquer pretensão universitária, haja vista que,

³ Segundo Barbalho Junior (2001, p. 17), “Nos primeiros relatos sobre a pré-história brasileira, misturaram-se dados científicos com fantasias sobre civilizações perdidas”. Logo, um caráter pitoresco ou de aventura fora atribuída, durante muito tempo, às pesquisas arqueológicas no país, que não passavam de observações feitas por viajantes, naturalistas, botânicos, geólogos e paleontólogos estrangeiros que vinham explorar as terras brasileiras a mando de seus países de origem.

⁴ Este foi o incentivador, junto ao Congresso Nacional, da aprovação da primeira lei federal de proteção ao patrimônio arqueológico (Lei n.º 3.924, de 1961), ainda hoje tido como principal instrumento legal de preservação de registros arqueológicos em solo brasileiro.

⁵ Faz-se necessário esclarecer que, segundo o arqueólogo brasileiro André Prous, em seu livro intitulado *Arqueologia Brasileira* (1992), as pesquisas arqueológicas no país iniciaram-se precisamente no ano de 1870, sendo que este autor fez a seguinte divisão cronológica da pré-história: Período Inicial (1870-1910); Período Intermediário (1910-1950); Período Formativo da pesquisa Moderna (1950-1965) e Pesquisa recente no Brasil (1965-1982). Uma periodização feita que, até hoje, leva à discordância temporal no âmbito acadêmico-científico por muitos arqueólogos da chamada Pré-História.

⁶ É importante evidenciar que, conforme Barbalho Junior (2001), a atuação do Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), se deu a partir da colaboração da antiga Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan/ atual Iphan) e, patrocínio do *Smithsonian Institution* (Laboratório norte-americano, responsável por datações radiocarbônicas), além do apoio do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Nisso, o Pronapa pretendia promover durante o regime civil-militar no país (ou melhor, entre os anos de 1965 a 1971), “[...] prospecções e testes (pequenas e rápidas escavações), visando elaborar o quadro geral das culturas pré-históricas brasileiras” (Barbalho Junior, 2001, p. 20).

somente após o fim do regime civil-militar, é que a arqueologia científica, defendida por Paulo Duarte, começou a emergir, gradativamente.

Há, hoje, duas grandes áreas de atuação dos arqueólogos no Brasil: a Pré-História e a arqueologia histórica, cada uma delas com diversos campos e temas específicos de pesquisa. No estudo da Pré-História, as principais discussões referem-se à antiguidade do homem na América, mas já há muitas reflexões sobre arte rupestre, sobre as características das sociedades pré-históricas amazônicas, sobre os amontoados de conchas (sambaquis) produzidos pelo homem num passado remoto e sua organização social, ao lado dos estudos da indústria lítica e cerâmica. Na arqueologia histórica, destacam-se as pesquisas que tratam da diversidade étnica e cultural do Brasil, como no caso das Missões Jesuíticas e dos Quilombos (Funari, 2003, p. 27).

Com isso, no tocante à atuação profissional dos arqueólogos, de modo em geral, não se deve ignorar a subjetividade de seus trabalhos, sobretudo, na prática de campo, desde o reconhecimento do terreno, através da etapa, chamada de prospecção (levantamento ou *survey*, termo em inglês); até as etapas, respectivamente, escavação e registro dos materiais coletados. Somado a isso, o contexto cultural da atividade humana sempre deve ser considerado pelos arqueólogos, pois as relações entre os homens se dão por meio de contatos, seja entre o homem e a natureza, seja entre os próprios homens, o que consiste em uma verdadeira bagagem cultural constituída.

Consequentemente, a própria história da humanidade é oriunda de processos espaciais e temporais distintos, é claro, o arqueólogo durante seu processo de pesquisa e estudo deve evitar se apegar em pressupostos problemáticos, carregados por muitos pesquisadores na área, por exemplo, o pressuposto de que no passado os grupos humanos se deslocavam apenas em função dos recursos materiais disponíveis no meio ambiente (Funari, 2003).

Para além disso, há outros fatores motivacionais (sociais, políticos, psicológicos, ideológicos etc.), que teriam provocado a mobilização de grupos humanos remotos. Dessa forma, percebe-se o cuidado no tratamento aos seres humanos como meros objetos de condições naturais, em especial, durante fluxos migratórios e formações de assentamentos no passado. Logo, os artefatos (indicativos e mediadores), bem como outras evidências materiais, devem sempre estar pautados na realidade sociológica na qual estão inseridos.

Por isso que, “tornar-se arqueólogo inclui, assim, saber que não há trabalho arqueológico que não implique em patrimônio e em socialização do patrimônio e do conhecimento” (Funari, 2003, p. 109). E esta relação tríade mutuamente articulada, possibilita e potencializa, desde a formação e incentivo a uma política cultural ampla e, que consiga aproximar a população junto ao seu patrimônio arqueológico, que conta com um expansivo

manancial de sítios arqueológicos de potenciais turísticos, espalhados pelo vasto território brasileiro, além de serem pouquíssimos explorados.

No caso brasileiro, reporta-se que, com a atuação do PRONAPA, nas décadas de 1960 e 1970, foram feitos inúmeros levantamentos de áreas arqueológicas ao longo do território nacional. Com a participação ativa de várias equipes de arqueólogos, uma quantidade significativa de sítios arqueológicos foi pesquisada, cadastrada e registrada, através da confecção de mapas locais e regionais (Bandeira; Brandi, 2014). Mas somente em 1976, é que os resultados oriundos dessas pesquisas arqueológicas foram publicados⁷, precisamente, quando foi gestado um plano, em particular, para a Amazônia Brasileira, denominado: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), que abrangia a Amazônia Legal Brasileira e o norte do Estado do Mato Grosso (Barbalho Junior, 2001).

Nesse avanço, cabe destacar-se as várias e principais instituições ao fomento à pesquisa arqueológica no Brasil, já atuantes por volta dos anos 2000, especialmente, no campo da Arqueologia Pré-colonial/Arqueologia Pré-histórica⁸, tais como:

A Fundação Museu do Homem Americano na cidade de São Raimundo Nonato (sul do Piauí), que é coordenada pela arqueóloga Niède Guidon, vem estabelecendo datas cada vez mais antigas para a presença humana no Brasil; A Fundação do Núcleo de Antropologia da Universidade Federal do Piauí, fundada por Niède, que realiza escavações no meio-norte brasileiro; O museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo, que oferece cursos na área de Arqueologia; O Museu Nacional do Rio de Janeiro, que além de cursos realiza pesquisas no Brasil; O Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco com área de concentração em Arqueologia que tem formado os principais profissionais os quais atuam na região norte-nordeste; A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a Universidade Estácio de Sá que graduam arqueólogos (Barbalho Junior, 2001, p. 22-23).

⁷ “Apesar da pulverização e precariedade de divulgação, concentração na região meridional e ausência de um órgão de divulgação de âmbito nacional” (Prous, 1992, p. 17). Em outras palavras, algumas regiões ficaram de fora do plano nacional de pesquisas arqueológicas fomentado pelo governo civil-militar (1964-1985), a exemplo do Nordeste (Martin, 2013).

⁸ Segundo Leite Filho (2021), atualmente, a terminologia mais correta é Arqueologia Pré-colonial e não Arqueologia Pré-histórica, seguindo a perspectiva decolonial e crítico-reflexiva do conhecimento científico, pois o mesmo afirma que o termo Pré-história, tradicionalmente, remete aos povos anteriores ao surgimento da escrita. “Entretanto, no que se refere aos povos originários do continente americano, o termo pré-colonial é mais adequado, em função das características e contextos muito próprios das sociedades que habitaram o território antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus” (Leite Filho, 2021, p. 11). No entanto, ao longo deste trabalho a terminologia Arqueologia Pré-colonial será substituída por Arqueologia Pré-histórica como sinônimos, a fim de se facilitar uma melhor compreensão textual ao leitor.

Nesse contexto, quando se trata da Arqueologia no âmbito regional, cabe reportar-se especificamente à ocupação pré-colonial do espaço territorial, que hoje se entende como estado do Maranhão, sendo este localizado, na porção ocidental da Região Nordeste do Brasil. Um estado de transição entre a região da floresta amazônica e o sertão nordestino, uma área cortada por recursos hídricos e registros de povoadores antigos.

2.2 Evidências arqueológicas no território maranhense: grafismos ou registros rupestres?

Quando se fala em grafismos rupestres pergunta-se: o que são isso? São as pinturas e gravuras rupestres feitas por sujeitos ou grupos humanos pré-históricos, uma vez que, sob o viés de Barbalho Junior (2001), o termo grafismo é utilizado para designar qualquer figura representada em rocha. De modo geral, no Brasil, alguns arqueólogos preferem não utilizar o termo grafismo e, sim, arte rupestre; já outros fazem uso da denominação inscrições rupestres, como se percebe pela menção abaixo:

Contestado por alguns pesquisadores, o termo arte rupestre é utilizado para caracterizar as diferentes manifestações plásticas deixadas pelo homem pré-histórico em superfícies rochosas, tais como: blocos isolados de pedra, paredes de abrigos ou cavernas, grutas, lapas, etc. Também designados como grafismos, sinalizações rupestres ou pictografias (pinturas) e petróglifos (gravuras); os registros encontram-se nas mais variadas regiões do mundo (Leite Filho; Leite, 1998, p. 8).

A partir do exposto acima, para os arqueólogos Deusdedit Carneiro Leite Filho e Eliane Gaspar Leite (1998), as marcas deixadas pelos antepassados, são hoje objetos de estudos para o campo arqueológico. Por exemplo, as pinturas rupestres eram feitas em vários tipos de rochas e o material usado para produzi-las, geralmente, “[...] era extraído dos minerais e vegetais, como o óleo de semente misturada à água, carvões e minerais de ferro auxiliados pelo uso dos dedos, tufo de fibras vegetais, aspersão ou mesmo fricção dos minerais mais sólidos nas rochas” (Barbalho Junior, 2001, p. 38), enquanto as gravuras rupestres⁹, ou chamados, petróglifos, eram feitas por materiais naturais, a saber: “Óxido de ferro, sementes e folhas de vegetais. Sendo assim, o homem pré-histórico dispunha das cores: vermelho, amarelo, branco

⁹ Na visão de Bandeira (2003), quanto à identificação do primeiro registro rupestre brasileiro, há uma certa divergência entre a comunidade científica. Embora, as produções bibliográficas convergem para o estado nordestino da Paraíba, no final do século XVI. Logo, a arqueóloga brasileira Gabriela Martin (2013), reitera que: “O ano de 1598 registra a mais antiga referência bibliográfica de uma gravura rupestre no Brasil, quando o Capitão-Mor da Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho, encontrou, junto a um rio chamado de Arasoagipe, gravuras que ele descreveu como ‘uma cruz, caveiras de defuntos e desenhos de rosas e molduras’ [...]” (Martin, 2013, p. 229).

e preto. A temática era baseada no cotidiano com figuras humanas (antropomorfos), animais (zoomorfos) e vegetais (fitomorfos)” (Barbalho Junior, 2001, p. 39). Logo, em cada região do mundo as temáticas variam.

E com essas variações de temas do cotidiano humano abordados nas pedras, ou melhor, em rochas, ficava mais complexo a leitura correta dos grafismos rupestres¹⁰, pois atribuir um sentido às representações, requer critérios técnicos e métodos adequados pelos arqueólogos para uma análise interpretativa e pontual. Com isso, Gabriela Martin (2013) salienta que:

A tendência atual entre os arqueólogos é não interpretar as representações rupestres e sim apenas descrever o que há, o que se pode ver, procedendo-se a análises mais técnicas do que interpretativas, utilizando-se critérios técnicos que valorizam saber-se como os grafismos foram realizados, quais os recursos materiais empregados e, principalmente, quais os grafismos que podem ser considerados como representativos de uma tradição rupestre determinada (Martin, 2013, p. 242).

A partir da afirmação acima, destaca-se a chamada Tradição Geométrica¹¹ no campo arqueológico, dada a forte presença de grafismos rupestres, por sua vez, caracterizados por raras representações zoo e antropomórficas, com formas geometrizadas, provavelmente, registradas por grupos étnicos de passagem. E que às vezes, aparece como intrusão em sítios de Tradição Nordeste.

Cabe evidenciar que, a denominação *tradição* nos estudos rupestres, especificamente, é oriunda “[...] com base na metodologia classificatória criada pelo PRONAPA que surgiram algumas divisões taxonômicas iniciais para o estudo de pinturas e gravuras rupestres no país, através da utilização de alguns termos como *Tradições e Fases*” (Bandeira, 2003, p. 54). Além de outras subdivisões de caráter técnico, como os *Estilos*¹².

Quanto às evidências arqueológicas no estado do Maranhão, é importante citar que as descobertas de registros rupestres foram marcantes para a constituição de um estudo regional referente às pesquisas e produções feitas ao longo do tempo. Por exemplo:

¹⁰ No Brasil, as primeiras constatações da existência de grafismos rupestres datam de 1598, no estado da Paraíba (Martin, 2013), visto que, no sertão nordestino, a arte rupestre é mais evidente e concentrada no espaço geográfico, além de ser mais expressiva e impactante.

¹¹ Na ótica de Martin (2013, p. 277), “[...] A definição de geométrico é aplicada quando o grafismo lembra alguma das formas geométricas conhecidas. Os arqueólogos brasileiros, em geral, aceitam a existência de uma ou várias tradições geométricas na arte rupestre brasileira [...]”.

¹² Mas, essas classificações variam de região para região, conforme o estudo e as pesquisas feitas em áreas arqueológicas, bem como o nível de complexidade dos registros mapeados. Ou melhor, “Trata-se das *subtradições*, que são utilizadas para definir registros gráficos desvinculados de uma tradição, bem como, os termos *Estilos, Variedades* ou *Fáceis*” (Bandeira, 2003, p. 56).

[...] foram descobertos três sítios rupestre em cavernas utilizadas como abrigos com representações diversificadas, como na Caverna Olímpio Fialho (representações abstratas); Caverna Élide (zoomorfos, especialmente répteis, e geométricas) e na Casa de Pedra (zoomorfos – cervídeos); pegadas e pontilhados (Leite Filho; Leite, 1997, p. 5).

Muitas vezes, nesses sítios pré-coloniais ou pré-históricos, são encontrados objetos ou restos de objetos que o homem primitivo utilizou, pertencentes à chamada cultura material, como os artefatos. Torna-se, assim, um elemento considerado pelos arqueólogos como um conjunto de fontes de informações que revelam indícios da organização ou estruturação de costumes, rituais, alimentação, costumes desses seres humanos remotos.

Contudo, esclarece-se que, parcialmente, os artefatos achados possibilitam uma compreensão do passado de sujeitos ou grupos pré-históricos, pois as confecções de tais objetos materiais, “assim como na nossa sociedade atual, eram orientados por um conjunto de valores e concepções culturais que os conduziam às ações do cotidiano na intenção de se adaptar ao meio em que vivia”¹³ (Barbalho Junior, 2001, p. 43).

Dando continuidade, para Barbalho Junior (2001), acredita-se que os grupos humanos que habitaram o território, que corresponde ao estado do Maranhão, provavelmente, eram caçadores e coletores, que dominavam técnicas de confecções de objetos de pedra para atender suas necessidades básicas no cotidiano.

Nisso, somente com o passar do tempo, que esses grupos nômades, aprenderam a cultivar a terra, produzirem seus próprios alimentos e desenvolverem técnicas de plantio, além de se fixarem em determinados espaços, em um processo de sedentarização. Com moradias próprias, esses grupos, agora sedentários, passaram a fabricar objetos cerâmicos para utilização no preparo e cozimento de alimentos, devido ao surgimento e domínio do fogo.

Dado o exposto, a presença de grupos humanos remotos em solo maranhense, acabou por caracterizar os vários tipos de sítios pré-históricos, sendo eles conforme Barbalho Junior (2001, p. 44): “habitações lacustres (estearias), assentamentos litorâneos (sambaquis) e sítios interioranos (artefatos)”. Esses sítios interioranos são assim nomeados por se localizarem no sertão maranhense, ou interior do território e, neles serem localizados artefatos antigos

¹³ Um exemplo disso são os machados de pedra, ou então, os chamados *Muiraquitã*, “uma espécie de amuleto de pedra verde em forma de rã que era pendurado no pescoço. Estes muiraquitãs foram encontrados, principalmente, nas áreas das estearias, onde o homem pré-histórico provavelmente habitou” (Barbalho Junior, 2001, p. 46). Portanto, segundo Barbalho Junior (2001, p. 47-48), a ocorrência e uso de muiraquitã não se restringiam somente ao Maranhão, povos indígenas da Amazônia comercializavam com outros povos, tanto do território maranhense, quanto dos estados do Ceará, Piauí, Alagoas etc., pois esse objeto material integrava-se ao contexto pré-histórico brasileiro mais recente, comuns em práticas ritualísticas, dado seu caráter místico-religioso, até mesmo, concebido como um talismã, ou amuleto sagrado como garantia de proteção e aquisição de oferendas.

produzidos pelo homem pré-histórico, distintamente dos objetos líticos obtidos através de técnicas precisas de lascamentos em blocos de granitos.

2.3 Espaços institucionais, legislações vigentes e discussões contemporâneas referentes ao aspecto patrimonial arqueológico do leste maranhense

Destaca-se, no Maranhão, o arqueólogo e funcionário público do estado, Deusdedit Carneiro Leite Filho, que atua e é o atual Diretor do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão¹⁴ (CPHNAMA – São Luís), tido como o porta-voz do governo estadual no tocante às pesquisas, estudos e publicações mais recentes, quanto ao campo arqueológico, dado seu caráter mais institucional.

Portanto, podemos entender que as pesquisas pré-históricas no Maranhão só se realizaram no século XX. Embora muitos estudiosos, geógrafos, e antropólogos se interessassem e publicassem algo sobre o assunto, só tivemos escavações de equipes, com profissionais de Arqueologia, em 1971, e ainda assim em rápidas e superficiais. Sendo assim, destacamos a necessidade de se realizar trabalhos técnicos no Estado, sejam pesquisas com profissionais ou amadores melhor preparados, ou salvamentos nas construções de grandes obras que acabam localizando alguns vestígios, para que possamos conhecer cada vez mais a ocupação do território maranhense (Barbalho Junior, 2001, p. 64).

Em outras palavras, isto significa que órgãos institucionais do estado possuem uma grande atuação e impacto na sociedade maranhense, como o Cphnama. Sendo o responsável pela promoção, valorização e preservação de todo acervo patrimonial regional, aproximando as pesquisas arqueológicas e interdisciplinares à sociedade civil organizada, por meio de processos educativos ou materiais didáticos propostos aos seus visitantes.

No entanto, ao longo desta pesquisa, perceberam-se alguns empecilhos, por exemplo: o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAMA), localiza-se na capital, São Luís, o que dificulta o acesso de interessados e possíveis visitantes de outras regiões longínquas do nosso estado. Outro fator, trata-se da escassa produção bibliográfica quanto aos estudos da Pré-História e da Arqueologia Pré-história Maranhense, devido à ausência de fontes suficientes, dados desatualizados e falta de incentivo a novas

¹⁴ Criado oficialmente pela portaria n.º 17643 de 17 de novembro de 2001, sendo um órgão institucional vinculado ao governo do estado do Maranhão, que outrora, reorganizou a Fundação Cultural do Maranhão, cuja finalidade seria de preservação e salvaguarda do patrimônio arqueológico e paleontológico estadual. Além, de hoje englobar pesquisas e estudos nas áreas de Museologia e Etnologia e, ter como responsável, o seu atual diretor, Deusdedit Carneiro Leite Filho (Barbalho Junior, 2001; Bandeira, 2003).

pesquisas arqueológicas no interior do estado. Logo, constata-se que: “[...] vários estudiosos da Arqueologia apontam a ausência de monografias especializadas na área, o que se torna um entrave para o desenvolvimento de novos temas acerca das populações pré-coloniais e o estudo de vestígios materiais: como objetos líticos e cerâmicos” (Bandeira, 2003, p. 46).

Em contrapartida, na contemporaneidade, a Universidade Federal do Maranhão, já possui seu espaço acadêmico-científico de estudo, produção e divulgação arqueológica, através do Laboratório de Arqueologia (LARQ), coordenado pelo Prof. Dr. Alexandre Navarro, arqueólogo e historiador vinculado ao Departamento de História da UFMA/São Luís.

Em termos de legislação específica, os bens culturais existentes no território regional, bem como circunscritos no âmbito local, só começam a terem valor e sentido, a partir da vontade e iniciativa coletiva de conservar seus estados físicos, somados à memória do indivíduo e do próprio grupo. Um ensejo, que possibilita o surgimento da norma jurídica, cujo objetivo principal é respaldar, institucionalmente, as ações que forem empreendidas no sentido categórico da preservação de espaços histórico-arqueológicos e de suas memórias constituídas ou potencializadas para as futuras gerações.

De modo geral, no Maranhão, inicialmente e efetivamente, a preservação do patrimônio histórico e regional foi realizada por órgãos públicos na década de 1940, através da iniciativa federal, em particular, pela atuação do SPHAN/actual IPHAN (Assunção, 2007). Tal avanço, seguiu os padrões nacionais de sua política, conservando o patrimônio edificado. Na época prioridade em face da destruição e descaso perceptível em relação ao centro histórico da capital, São Luís. Enquanto isso, o interior do estado, sobretudo, o patrimônio imaterial e arqueológico ainda não tinha sido percebido ou provocado frente ao Poder Público.

Em outras palavras, os avanços quanto ao processo de tombamento de patrimônios edificados ocorreram no estado de forma gradual e concentrada, pois entre a primeira Lei Estadual, de n.º 3.999/1798 e a Lei n.º 5.082/1990, percebe-se a mudança de concepção daquilo que era tido como patrimônio, cujo conceito foi alargado pela actual Constituição Federal de 1988. “A segunda traz como passível de proteção, o patrimônio cultural intangível, o que na primeira não é citado” (Assunção, 2007, p. 30).

Junto a isso, precisamente a nível estadual, nas palavras de Bandeira (2003, p. 45), “[...] um dos grandes problemas que os estudiosos de culturas do passado se deparam em suas pesquisas é com a interpretação de dados obtidos através da Arqueologia”, uma vez que a actual legislação federal brasileira só aceita e licencia as solicitações para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas se o solicitante possuir formação específica na área. Uma conquista

exitosa para os arqueólogos, em 2018, através da regulamentação de sua profissão no país (Lei Federal n.º 13. 653 de 18 de abril de 2018).

Dessa maneira, cabe reiterar que, fica o Poder Público responsável pelo processo de tombamento¹⁵ dos bens culturais, estabelecendo normas de proteção adequadas, editadas e delegadas pela Constituição Federal de 1988 (Carta Magna do Brasil).

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e **sítios de valor** histórico, paisagístico, artístico, **arqueológico**, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, grifo do autor). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso em: 19 out. 2023).

Ou seja, dada à amplitude do patrimônio cultural no país, sítios arqueológicos foram reconhecidos, constitucionalmente, pelos seus valores, sentidos e significados possibilitados, e relevância para construção da história nacional, regional e local. São verdadeiros espaços de vestígios rupestres, configurados por elementos constituintes da cultura simbólica e material. Logo, a historicidade de um sítio arqueológico se dar pela busca interpretativa das experiências de sujeitos ou grupos, sejam ocupantes ou povoadores de locais geográficos condicionados à sobrevivência humana.

A nível federal, em consonância com a Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, tem-se:

Art 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o Art. 175 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados na forma do Art. 152 da mesma Constituição.

Art 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou

¹⁵ Este instrumento trata-se de um ato administrativo de reconhecimento por parte do Poder Público, objetivando preservar, mediante a aplicação da legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (Assunção, 2007). No caso de um bem arqueológico este deve ser inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, ou tudo que engloba e pertence às artes arqueológicas, etnográficas, ameríndia e popular (Decreto-lei 25/37). No mais, qualquer cidadão ou instituição pública pode abrir um processo de tombamento, não sendo um instrumento exclusivo das instâncias municipais, estaduais ou federal.

tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.

b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico; d) as **inscrições rupestres** ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (Brasil, 1961, grifo meu. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 16 out. 2023).

Nesta continuação, no âmbito estadual, segundo o que dispõe a Lei estadual n.º 5.082 de 20 de dezembro de 1990, no tocante à proteção do patrimônio cultural maranhense, cabe pontuar no seu capítulo 1 – algumas disposições preliminares, tais como:

Art. 1º – O patrimônio cultural do Estado do Maranhão é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade maranhense e que, por qualquer forma de proteção prevista em lei, venham a ser reconhecidos como de valor cultural visando a sua preservação.

Art. 2º – A presente Lei dispõe sobre o tombamento e seu entorno e sobre a declaração de relevante interesse cultural, como formas de proteção a bens móveis e imóveis, públicos ou privados e manifestações culturais, existentes no território do Estado do Maranhão, visando integrá-los ao seu patrimônio cultural.

§ 1º – Os bens e as manifestações no *caput* deste artigo poderão ser de qualquer natureza, origem ou procedência, tais como: históricos, arquitetônicos, ambientais, naturais, paisagísticos, **arqueológicos**, museológicos, etnográficos, arquivísticos, bibliográficos, documentais ou quaisquer outros de interesse das demais artes ou ciências.

§ 2º – Na identificação dos bens a serem protegidos pelo Governo do Estado levar-se-á em conta os aspectos cognitivos, estéticos ou afetivos que estes tenham para a comunidade.

§ 3º – Cabe à comunidade participar na preservação do patrimônio cultural, zelando pela sua proteção e conservação (Maranhão, 1990, grifo do autor) Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/legislacao/legislacao_estadual/Noticia3515A3292.doc. Acesso em: 19 out. 2023).

Nesse sentido, de forma ampla, a investigação arqueológica visa à recuperação, sob uma perspectiva espaço-temporal, de um panorama representativo de diversificados e multifacetados cenários culturais e vivências humanas que deixaram materializados em objetos suas marcas registradas no tempo.

Assim, entende-se que, no Brasil, a Lei n.º 3924 de 26 de julho de 1961, estabelece que os sítios arqueológicos estejam sob a tutela do Poder Público e como vigente no Artigo 180 da Constituição Federal, e se caracteriza infração punida pela lei e exploração, posse ou aproveitamento econômico de bens de interesse arqueológico. Entretanto, todos os cidadãos brasileiros devem conhecer, valorizar e proteger o legado cultural deixados pelos antepassados.

Nessa conjuntura, na contemporaneidade, um dos grandes desafios em meio aos estudos referentes à Arqueologia Pré-colonial no território maranhense, trata-se da falta de ações concretas e viáveis por parte do Poder Público em suas três instâncias: Municipal, Estadual e Federal/União.

No caso do Maranhão, configura-se como uma região de vales com grandes rios, lagos e lagoas que banham o estado e que possuem em suas proximidades sítios arqueológicos de diversas naturezas ainda não pesquisados ou reconhecidos oficialmente pelos órgãos específicos, como o Iphan¹⁶, no tocante ao processo institucional de salvaguarda de bens patrimoniais, especialmente, patrimônios arqueológicos, sobretudo, em relação à ocorrência de sítios do tipo arte rupestre em espaços inóspitos no interior maranhense, como evidências arqueológicas mapeadas e documentadas nas cidades de Gonçalves Dias, São João do Sóter, e até mesmo Caxias.

Por isso, salienta-se que a fase descritiva se torna primordial em pesquisas arqueológicas, quando se iniciam:

[...] em torno de registros rupestres em determinadas regiões onde não se têm informações acerca do contexto arqueológico, sendo que o objetivo dessa primeira etapa é de fornecer informações imediatas a respeito do local onde se encontra o objeto de estudo. Concluída essa fase, as descrições preliminares poderão oferecer subsídios que possibilitem a utilização de outros critérios metodológicos para o estudo de registros rupestres (Bandeira, 2003, p. 58).

Sob essa visão, para Bandeira (2003), os critérios técnicos de estudos de registros rupestre sempre estão relacionados às classificações estabelecidas por aportes metodológicos do campo da Arqueologia. No caso do Brasil, esses registros se distinguem em dois grandes grupos: “o registro rupestre pintado e o registro rupestre gravado, sendo que esta etapa poderá ser documentada por meio de fotografias e anotações de campo” (Bandeira, 2003, p. 58). Já o leste maranhense é marcado, por sua vez, pela presença significativa de afloramentos de material lítico e cerâmico.

¹⁶ Que consta, em 2023, com banco de dados sistemáticos e públicos, acessíveis a quaisquer cidadãos brasileiros. São as plataformas digitais: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG e o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos – CNIGP.

3 LAJEIRO DO ESCRIVÃO NA REGIÃO DOS COCAIS

Este segundo capítulo pretende evidenciar a existência material e simbólica e o impacto ecoturístico e histórico-geográfico do Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão, localizado no Povoado Redondo, zona rural do município de São João do Sóter, a leste do estado do Maranhão, na chamada Região dos Cocais.

Tenta-se constituir uma narrativa local, sob o viés de um bem arqueológico (dimensão cultural), conforme as fontes analisadas (fichas, relatórios, fotografias, dentre outras), bem como um lugar de memórias étnicas, concebidas por grupos ancestrais de paleoameríndios que migravam internamente naquele espaço geográfico, em tempos remotos (ainda não datado precisamente), concebidos também como etnias de passagens¹⁷.

3.1 Historicidade rupestre local: a relação entre lugar de memórias, identidades e saberes

Os espaços são constituídos tanto pelos elementos naturais quanto humanos, principalmente, porque é o homem quem dar sentido e significado ao seu espaço de pertencimento, constituído como um lugar. Com isso, um lugar é carregado de memórias sejam individuais ou coletivas, muitas vezes, memórias silenciadas, memórias traumatizadas, ou memórias hegemônicas, oriundas de disputas e relações de poder.

Mediante o exposto, Le Goff (2013, p. 370), em sua obra intitulada *História e Memória*, concebe a chamada memória étnica como aquilo que “dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem”. Assim, entende-se que o lugar arqueológico de nome Lajeiro do Escrivão, outrora, fora um espaço de abrigo provisório de grupos étnicos que passaram por aquela região, há milhares de anos, hoje sendo denominado como Povoado Redondo, no município de São João do Sóter, leste maranhense.

Em outras palavras, o espaço em análise é carregado de memórias materializadas em seu paredão rochoso, formado por arenito e com a presença de traços humanos de antepassados, como gravuras rupestres em sua composição física. Nesse meandro, Le Goff

¹⁷ Termo utilizado pelo arqueólogo Lewis Binford (1983). E que se refere aos grupos de paleoameríndios (remotamente, também conhecidos como “pré-históricos”) que migravam de uma região a outra, visto que, vários destes grupos humanos se deslocavam de distintas partes do Nordeste à região Amazônica, e vice-versa, passando por onde hoje é o estado do Maranhão, um território de transição, ainda pouco estudado e pesquisado quando se refere às etnias indígenas ou povos originários antes do contato com os europeus.

(2013) apropria-se do termo *memória étnica* para justificar mitos de origem ou fundação de determinadas etnias, como as indígenas.

Por seu turno, não se pode afirmar, até agora, que as inscrições rupestres realizadas no sítio arqueológico Lajeiro do Escrivão foram feitas por etnias indígenas que habitavam aquela região geográfica entre os séculos XVII e XIX¹⁸ e sim, provavelmente, de grupos mais antigos, os paleoameríndios (vistos como “pré-históricos”), que migravam de uma região a outra, o que se justifica pela tradição de gravuras no Lajeiro do Escrivão, similares às existentes na Serra da Capivara, sudeste do estado do Piauí.

Sendo assim, destaca-se que o território do Maranhão era tido como um espaço de transição entre a região amazônica e o nordeste brasileiro, pois se trata de grupos étnicos que, durante os constantes fluxos migratórios, se deslocavam à procura de locais com condições favoráveis às suas sobrevivências. Por isso que o sítio estudado trata-se de um abrigo sob rocha, pois servia de moradia humana para esses grupos que passaram, onde atualmente é concebido como município de São João do Sóter, outrora, território pertencente à Caxias.

Diante desse cenário, deve-se enfatizar:

Nas sociedades sem escrita a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas, fortemente ligadas à magia religiosa (Le Goff, 2013, p. 372).

Com base nisso, ressalta-se que a memória é uma transmissão oralizada ou materializada, através da aprendizagem e das experiências dos sujeitos ou grupos, constituídos no cotidiano, cujos registros foram deixados em forma de grafismos ou gravuras feitas por povoadores humanos, no caso do sítio citado, sendo concebido como um arcabouço arqueológico marcado por uma historicidade rupestre em relação à compreensão dos fluxos migratórios ocorridos naquele espaço geográfico, configurado como mata, região ou território dos cocais.

¹⁸ No século XIX, o militar português Francisco de Paula Ribeiro em suas expedições oficiais, passou pela região de Caxias das Aldeias Altas, em 1815, sendo uma pequena vila situada às margens do Rio Itapecuru e, ao mesmo tempo, um entreposto comercial entre o sul do Maranhão e o oeste do Piauí, visto como uma entrada para o dito “sertões de Pastos Bons”, devido sua localização estratégica, como passagem para o interior do território maranhense. Sendo que esse viajante descreve a existência e algumas memórias de grupos étnicos, como os “índios de Tresidelas” (Ribeiro, 2007, p. 80), a exemplo dos Timbiras, e depois a presença dos Gamelas de Codó pela região de Caxias, fugidos das perseguições e extermínios provocados pelos colonizadores ou “desbravadores bandeirantes”. No entanto, Ribeiro (2007), em sua juntada documental não cita em nenhum momento uma possível relação entre essas populações indígenas com os vestígios arqueológicos onde hoje se entende como Lajeiro do Escrivão. Logo, compreende-se que aqueles vestígios foram feitos por grupos étnicos mais antigos.

De fato, não é uma tarefa rápida ou fácil de possibilitar a um determinado bem patrimonial, um caráter identitário ou memorialístico, visto que as existências físicas e simbólicas de marcas de vestígios humanos tornam-se elementos potencializadores para a formação de uma educação patrimonial e uma consciência histórica, pautada na valorização e salvaguarda de uma referência cultural para comunidades locais e valorização da própria história local do município de São João do Sóter.

Além disso, antes de se constituir uma etnicidade migratória ou tentar buscar as etnias de passagens na região do Lajeiro do Escrivão, vale destacar que mais notório do que isso, é visualizá-lo e abordá-lo como um espaço produtor e difusor de memórias, no seu sentido plural. Dessa maneira, o sítio arqueológico, ao ser tido como um lugar de memórias, para Nora (1993), torna-se um objeto vulnerável a todo tipo de uso e manipulação possível.

O que constitui certos sítios pré-históricos, geográficos ou arqueológicos em lugares, e mesmo em lugares de destaque, é muitas vezes o que deveria precisamente lhes ser proibido, a ausência absoluta de vontade de memória, compensada pelo peso esmagador de que o tempo, a ciência, o sonho e a memória dos homens os carregou (Nora, 1993, p. 24).

É por isso que, inevitavelmente, certos tipos de monumentos históricos oficiais ou sítios arqueológicos, sob a salvaguarda do Estado, são afastados do campo da memória, sobretudo, da memória coletiva que valoriza e respeita as experiências dos sujeitos e suas subjetividades, aproximando-se meramente da história, como conjuntos de acontecimentos ou fatos e objetivos.

No caso do Lajeiro do Escrivão, embora o Poder Público Municipal não tenha ainda feito a aquisição do terreno onde está situado o sítio arqueológico, já se tem que a sua própria toponímia oficial – *Lajeiro do Escrivão*: que fora dada pela Prefeitura de São João do Sóter, desconsiderando as outras denominações mantidas pelos moradores do seu entorno, ou seja, as memórias das comunidades rurais e locais, não foram consideradas ou consultadas quando se fala desse bem arqueológico.

Logo, os grupos étnicos de nômades, que fizeram aquelas inscrições rupestres no paredão rochoso de arenito, propositalmente, representaram cenas de seu cotidiano, vestígios daquela experiência humana e afetiva, materializadas pelos desenhos rústicos, isto é, as gravuras rupestres. Nesse sentido: “O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória, porque não há mais meios de memória” (Nora, 1993, p. 7).

Para Nora (1993), um lugar de memórias é construído pelo afeto humano e vínculo

permanente ao seu local de origem ou pertença. Segundo a visão da autora, a memória não é algo espontâneo, pelo contrário, precisa ser querida e retomada pelos lugares, que são verdadeiros pontos de referências e indicativos da história de sujeitos e coletividades. Uma memória intencional que deve ser vigiada como tal, sob pena de ser esquecida ou não se configurar mais como um refúgio assim como deveria.

O Lajeiro do Escrivão é um refúgio de memórias ancestrais de antigos povoadores nômades que deixaram seus registros rupestres naquela localidade. Tornou-se um espaço ainda não incorporado à narrativa oficial, de forma totalizante, mas que compõe a realidade dos atuais moradores do Povoado Redondo, permeado por narrativas orais, a partir dos significados de cada inscrição rupestre marcada naquele paredão rochoso; um monumento a céu aberto detentor de características coexistentes, tais como: a materialidade, a funcionalidade e o simbolismo (Nora, 1993).

São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diferentes. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivo, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece um exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (Nora, 1993, p. 21-22).

De modo esclarecedor, os três aspectos citados integram a formação do lugar de memória, vida e com vontade própria, a partir de suas relações estabelecidas pelos seus sujeitos viventes e experientes. Um contexto em que, para Candau (2008), significa uma relação mútua entre a memória e a identidade, esta oriunda daquela compartilhada por pessoas que possuem um passado em comum ou histórias de vidas semelhantes.

Tanto que:

[...] não pode haver identidade sem memória (assim como lembrança e esquecimento) porque somente esta permite a autoconsciência da duração. [...] Por outro lado, não pode haver memória sem identidade, pois o estabelecimento de relações entre estados sucessivos do sujeito é impossível se este não tem a priori um conhecimento de que essa cadeia de sequências temporais pode ter significado para ele (Candau, 2008, p. 138).

Tem-se, então, uma relação intrínseca na qual o processo identitário das pessoas, de origens ou contextos distintos, possibilitam aquilo que a história denomina de aprendizagem

histórica, tendo como um de seus objetos formativos de conhecimento, os patrimônios culturais materiais, a exemplo de bens arqueológicos que chama atenção de seus participantes e guardiões. No entanto, para Candau (2011), essa conjuntura só pode ser fomentada depois do resgate da chamada *Metamemória*, que é a “memória reivindicada pelo indivíduo sobre sua própria memória ou passado” (Candau, 2011, p. 24).

De acordo com o autor abordado, a *Metamemória* equivale à memória identitária, logo, um tipo de memória coletiva, que será construída por membros de um grupo que supostamente detém uma memória em comum, não sendo livre de disputas internas ou manipulações, ou melhor, forjamento de uma narrativa em detrimento de outra. Candau (2011) vê a identidade como uma espécie de memória representação, que objetiva trazer à tona uma narrativa compartilhada e pensar uma forma de socializá-la coletivamente.

Ademais, Candau (2011) faz o seguinte questionamento: é possível todos os membros de um grupo compartilharem as mesmas recordações ou representações do passado? Parece ser algo utópico ou dificilmente isso seria possível. Contudo, o autor acredita que a memória coletiva ou memória representação, como perduração exitosa entre seus sujeitos detentores de fios memorialísticos, está condicionada ao grau de pertinência ou discursividade perfeita em alcançar ou atender, satisfatoriamente, todos os membros do grupo. Concomitantemente, observar-se-á “uma memória forte e memória fraca” (Candau, 2011, p. 44), ora agindo como fator agregador do grupo social, ora agindo como empecilho destoante e discordante.

Uma celeuma que possibilita a costura de saberes diferentes dentro do próprio grupo. Ou melhor dizendo, os saberes também são construções oriundas da aquisição humana, de sua praticidade diária (Monteiro, 2007), visto que, por natureza, o ser humano é um sujeito histórico. E este sujeito, inserido no processo de ensino-aprendizagem, consegue desenvolver suas habilidades e atitudes, mediado por outro sujeito potencializador.

A exemplo disso, as autoras Schmidt e Cainelli (2009) afirmam que a atuação do professor de História nesse processo resulta em ajudar:

[...] o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender historicamente, o saber- fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico. Ele é responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 34).

Vale ressaltar que o percurso ora citado é dinâmico e ressignificado

constantemente, afinal de contas, o saber histórico não se limita apenas a apresentar o fato no tempo e no espaço ou comprová-lo por meio de várias fontes, como documentos. Mas sim, ligar o fato ou a materialidade construída a temas e a sujeitos para tentar buscar uma explicação, uma narrativa constituída, mas não uma verdade absoluta, pois dependerá do modelo de interpretação adotado, que nas maiorias dos casos, não são encontrados nas fontes de informações. Nesse viés, conforme Bittencourt (2008), para interpretar e explicar um fato, é preciso uma análise que deve seguir princípios norteadores, por sua vez, elaborados por conceitos que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis e passíveis de novas reinterpretações.

3.2 Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão: um lugar de memórias étnicas e milenares

Como toda cidade, São João do Sóter possui seus vários lugares de memórias. Entretanto, um de seus espaços mais peculiares trata-se do chamado Lajeiro do Escrivão (designação oficial mantida pela atual prefeitura municipal); um local marcado por desenhos gráficos feitos em paredes rochosas de arenito e deixadas por ancestrais que passaram naquela região há milhares de anos; sendo essa a visão tida pelos moradores do Povoado Redondo (nome atribuído justamente à famosa “pedra redonda” cheia de rabiscos feitos em um passado distante).

Nesse sentido, ao se falar desse bem patrimonial de natureza arqueológica, será necessário reportar-se cronologicamente ao ano de 1995, onde alguns pesquisadores arqueológicos, ao escavarem o espaço do antigo quartel militar localizado no Morro do Alecrim, em Caxias, resolveram fazer uma visita técnica ao antigo povoado São João dos Poleiros¹⁹, zona rural de Caxias/hoje São João do Sóter), contando com o apoio logístico de professores e alunos do curso de História da UEMA/Campus Caxias (antigo CESC).

Nesse contexto, tem-se a notícia de uma “descoberta arqueológica”, a partir da matéria intitulada *Homem primata morou em Caxias* divulgada pelo Jornal Folha dos Cocais, que circulava na cidade de Caxias no final da década de 1990, onde se evidencia a localização de uma “pedra gigantesca com inscrições primitivas”; um achado envolto em memórias míticas que compõem o imaginário popular, como a possível existência de ouro naquela região, segundo alguns moradores antigos daquela localidade (Figura 1).

¹⁹ Este povoado era o maior da zona rural de Caxias, antes de seu processo de emancipação política ocorrido em 10 de novembro de 1994, sob a Lei n.º 6.157, desmembrando-se de Caxias e se tornando um novo município denominado de São João do Sóter, em homenagem ao ex-proprietário do antigo povoado, Sr. Sóter Mendes, que desenvolveu aquela região com práticas coronelísticas e mandonismo local.

No entanto, o que se chama mais atenção é o relato de um lavrador, Sr. Luiz Silva, ao afirmar que em 1961, havia presença de pesquisadores estrangeiros naquela mata fechada e densa, outrora, de difícil acesso. Ou seja, o olhar do exterior, ou melhor, a presença de diferentes sujeitos interessados nas potencialidades e riquezas arqueológicas do vasto território maranhense, como “americanos, russos e japoneses” (relato de Luiz Silva. Jornal Folha dos Cocais, 1995, p. 4). Uma demonstração salutar da tradição oral que circunda o atual Lajeiro do Escrivão, que ao longo do tempo, recebera inúmeras designações toponímicas.

Figura 1 - Notícia jornalística de “descoberta arqueológica” na Região dos Cocais



Fonte: Jornal Folha dos Cocais (1995, p. 4).

Assim, embora existam diversas narrativas orais em torno desse achado ou descoberta arqueológica, para melhor compreensão levantou-se todo *corpus documental*²⁰ (fichas, relatórios e fotografias) referentes ao atual sítio arqueológico analisado, a fim de construir um panorama mais técnico e científico sobre o Lajeiro do Escrivão e seus reais e atuais empecilhos quanto ao seu processo de tombamento ou cadastramento oficial.

Com isso, ao longo dos anos foram feitas inúmeras visitas técnicas e algumas prospecções à área que compreende o atual sítio arqueológico Lajeiro do Escrivão, ocorridas, respectivamente nos anos de 2000, 2012 e 2017, através do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, órgão estadual.

²⁰ Segundo D’Assunção Barros (2020), trata-se do conjunto de fontes que integra uma pesquisa histórica, de modo empírico, e que serão analisados pelo historiador, criteriosamente, seguindo o rigor científico.

No caso, visitas técnicas realizadas ao longo dos anos, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, campus Caxias; Prefeitura Municipal de São João do Sóter e Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mediante o Departamento de Identificação e Documentação – DID, cuja função compete preencher, alimentar, atualizar, disponibilizar e tornar acessível o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), ao público em geral.

Logo, no tocante ao Lajeiro do Escrivão, foram feitas viagens e produções de relatórios e fichas como mecanismos de identificação, reconhecimento e avaliação de um patrimônio arqueológico local, pouco conhecido e divulgado, a fim de se fomentar e executar medidas preventivas de combate à degradação ambiental causada pela visitação desordenada ao sítio, bem como a adoção de um órgão competente e específico, composto por agentes que possam fiscalizar o entorno do sítio abordado.

Com efeito, um dos pioneiros em sensibilizar seu olhar e direcionar um estudo mais concreto sobre o Lajeiro do Escrivão, foi o arqueólogo Deusdedit Carneiro Leite Filho, responsável pelo primeiro registro junto ao Iphan, o qual mediante uma prospecção na área do sítio, em 2000, obteve algumas informações peculiares sobre o local, a partir de alguns requisitos estabelecidos, a saber: identificação e localização; estado de conservação; material/vestigios arqueológicos observáveis e algumas observações pertinentes mapeadas.

Nesse sentido, em relação à toponímia²¹ do sítio arqueológico em estudo, faz-se importante esclarecer que a terminologia Lajeiro do Escrivão reporta-se ao lajeado arenítico que compõe a estrutura física do sítio, ou melhor, o conjunto de inscrições rupestres registrado no lajeado (paredão rochoso em destaque).

No entanto, ao longo do tempo, percebeu-se que o sítio em análise, recebeu também outras denominações por diferentes sujeitos, por exemplo, no primeiro registro levantado, no ano de 2000, o Lajeiro do Escrivão era conhecido como “Cabeceira do Zé Vicente” (Leite Filho, 2000, p. 1), provavelmente, em atribuição a um dos moradores mais antigos do Povoado Redondo. Sendo o sítio, também conhecido e denominado, algumas vezes, de “Lajeado do Escrivão” (Leite Filho, 2012, p. 3), ou então, “Pedra do Redondo” (Leite Filho, 2017, p. 1).

Tabela 1 - Lista com os vários nomes atribuídos ao sítio arqueológico retratado

Ordem de nomeação	Toponímia	Datação cronológica
--------------------------	------------------	----------------------------

²¹ Refere-se ao nome próprio de um lugar, seja da sua origem ou evolução. Um lugar enquanto um espaço vivido, uma construção socioespacial, com fortes ligações com a história, a geografia e a arqueologia.

1ª	Cabeceira do Zé Vicente	Ano: 2000
2ª	Lajeado do Escrivão	Ano: 2012
3ª	Pedra do Redondo	Ano: 2017
4ª	Lajeiro do Escrivão	Ano: 2024

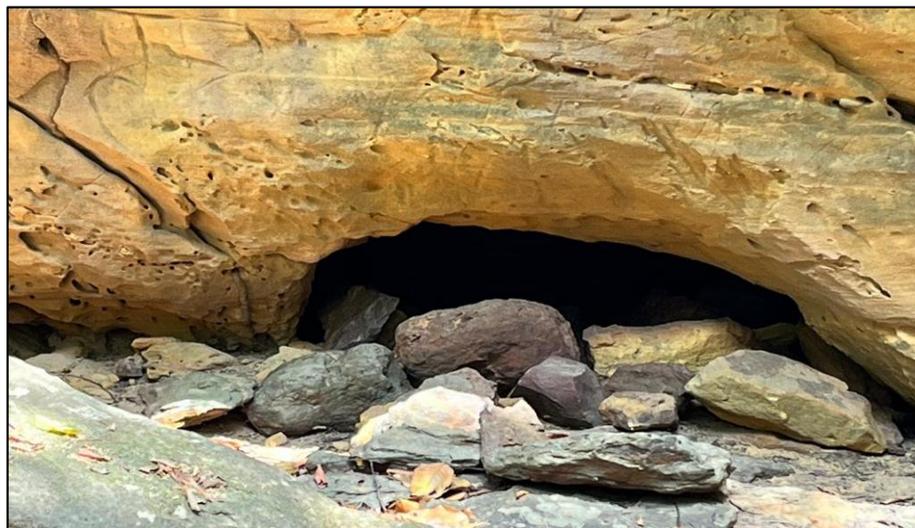
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Dessa forma, todas essas designações caminham para um mesmo sentido, ou seja, em alusão ao formato físico do sítio, um lajeado, lajeiro, laje, uma pedra grande, rochosa e plana. Com isso, reitera-se que permanece, até o momento, a toponímia Lajeiro do Escrivão como forma de nomear, em termos técnicos, aquele local de vestígios arqueológicos, justificado pelo grande comprimento (extensão e formato) e pelas inscrições rupestres que remetem à escrita de etnias antigas.

Mas, afinal de contas, do que se trata o Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão?

Como forma de concebê-lo, pois nomear é um ato de poder e se constitui como elemento da própria História Local, o Lajeiro do Escrivão trata-se de um sítio pré-colonial do tipo abrigo sob rocha²², com cerca de 4m de altura máxima (a partir do nível do solo) e 32,5m de comprimento (Leite Filho, 2017). Acerca disso, percebe-se a recente configuração física do sítio a partir de suas formações e deformações naturais, marcada pela ação antrópica, por meio das inscrições rupestres em seu rochedo (Figura 2 e Figura 3).

Figura 2 - Atual condição do sítio abordado (abrigo sob rocha)



Fonte: Acervo do autor, 2023.

²² Segundo Barbosa (2018), o Lajeiro do Escrivão tem cerca de 40 mil anos de existência, cujas gravuras ainda não foram explicadas pelo campo arqueológico. Além disso, ainda não foi feita nenhuma escavação no local, e sim, uma mera prospecção (levantamento técnico de dados por equipes arqueológicas).

Figura 3 - Paredão rochoso que sofre com a ação do intemperismo físico e biológico



Fonte: Acervo do autor (2023).

Trata-se, em outras palavras, de um sítio pré-histórico de arte rupestre, formado por um paredão rochoso de arenítico marcado por, exclusivamente, gravuras rupestres, os chamados, petróglifos, com representações²³ zoomorfas, antropomorfas (Figura 4) e fitomorfas (Figura 5).

Figura 4 - Figura antropomórfica



Fonte: Acervo do autor (2023).

Figura 5 - Figuras fitomórficas



Fonte: Acervo do autor (2023).

²³ Segundo Leite Filho (2012), no Lajeiro do Escrivão observam-se alguns elementos figurativos atípicos, “[...] reconhecidos como figuras antropomorfas (pelo menos 10) e zoomorfas (pelo menos 1), além de representações geométricas ou de grafismos puro, cúpulas, bastonetes, etc.” (Leite Filho, 2012, p. 4), sendo que as figuras antropomorfas são os traços da fisionomia humana; as figuras zoomorfas, traços de animais típicos da região, e as figuras fitomorfas, por sua vez, remetem aos formatos de plantas que compõem a cobertura vegetal daquele espaço.

A partir das representações ilustrativas acima, percebe-se que um sítio petroglífico, ou seja, formado só por gravuras rupestres, torna-se um objeto de atração ecoturístico e cultural relevante para as futuras demandas na Região dos Cocais, concernentes ao seu processo de patrimonialização frente aos conflitos de interesses naquele território. Nesse contexto, de modo descritivo, conforme o arqueólogo Deusdedit Carneiro Leite Filho (2012):

O afloramento rochoso no qual o mesmo se encontra inserido apresenta um perfil exposto de 32,50 metros de arenito, no sentido norte-sul. As gravuras rupestres estão localizadas numa faixa central de cerca de nove metros, voltadas para o leste. [...] As gravuras representadas foram elaboradas com a utilização de técnicas mistas de polimento ou raspagem (polissoar), formando sulcos em forma de u ou v ou netão pela incisão de finos traços (filiforme). Existe a evidência de vestígios de pigmentos nos sulcos, o que tornaria esse sítio singular para a região, embora essa característica precise ser melhor estudada ou constatada nas pesquisas futuras (Leite Filho, 2012, p. 3-4).

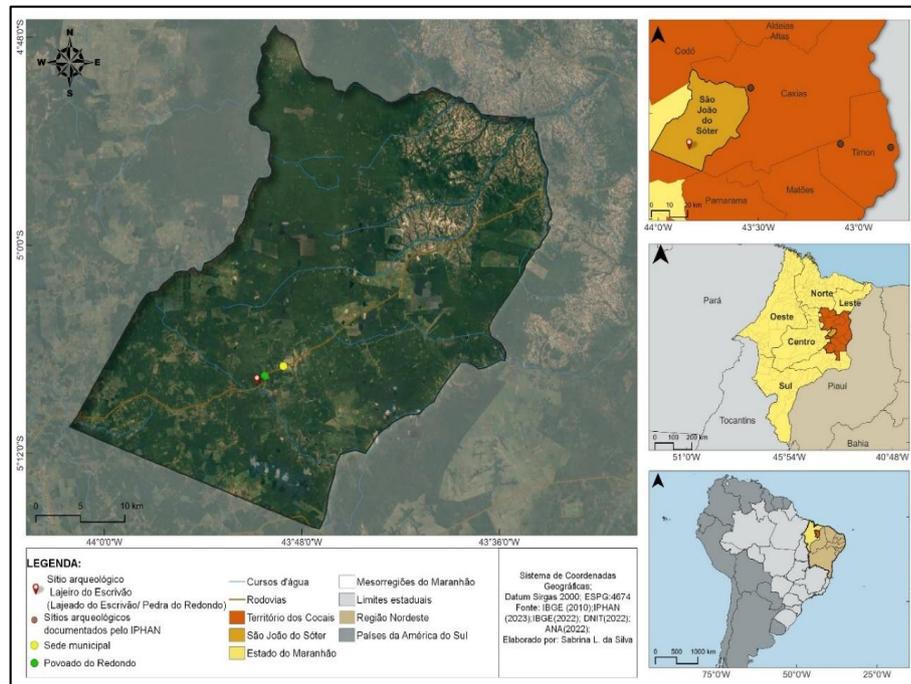
Em outras palavras, o que potencializa e configura a singularidade do Sítio Lajeiro do Escrivão é o conjunto de técnicas perceptíveis durante o processo de elaboração das gravuras talhadas em rocha, a partir de várias técnicas, tais como: *incisão*, *abrasão* e *picotagem*. Registros estes deixados por seus antigos povoadores que se estabeleceram naquela região, dada as condições favoráveis de clima, relevo, vegetação e solo em tempos remotos.

Conforme a ilustração abaixo, é importante destacar que o Lajeiro do Escrivão, condicionado a um espaço arqueológico, repleto de gravuras rupestres, está situado dentro de uma propriedade privada, atualmente, pertencente à senhora Gilvana Costa Rocha Paula²⁴. Em termos pontuais, sua propriedade está às margens da estrada vicinal que interliga os municípios de São João do Sóter e Gonçalves Dias, destacando-se que o sítio fica no Povoado Redondo, cerca de 2 km de distância até a sede urbana sotense.

Logo abaixo (Figura 6), apresenta-se melhor a localização precisa e atual do sítio em questão em relação ao Povoado Redondo, próximo à sede urbana do município de São João do Sóter, no território do estado do Maranhão, por sua vez, circunscrito à região Nordeste do Brasil.

²⁴ Atual proprietária da área onde se encontra o Lajeiro do Escrivão e professora da educação básica (Anos finais/SEDUC/MA), formada em Letras pela UEMA (1996) e ex-secretária municipal de Indústria, Comércio e Turismo de São João do Sóter, Maranhão (2014 a 2016).

Figura 6 - Localização geográfica do Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão



Fonte: Elaborado por Sabrina Lopes da Silva²⁵ (2023).

Nesse sentido, embora a Prefeitura Municipal de São João do Sóter tenha conhecimento da existência do sítio arqueológico abordado, até o momento, não foi feita nenhuma iniciativa por parte do Poder Público em adquirir o terreno onde está o lajeiro, a fim de iniciar seu processo de tombamento em instâncias maiores, ou até mesmo, inscrevê-lo em um inventário participativo de patrimônios culturais locais, como forma de reconhecê-lo perante toda a sociedade.

A partir disso, percebe-se a escassez de políticas públicas que protejam e assegurem bens arqueológicos negligenciados, visto que, segundo a legislação específica, é de competência da União garantir processos de salvaguardas de patrimônios arqueológicos em âmbito federal. Logo, a falta de parcerias institucionais leva ao processo de deterioração e vandalismo desse bem patrimonial, à mercê de intrusos à propriedade particular em questão, muitas vezes, sem a devida autorização para visita.

É interessante evidenciar que, em 2012, o arqueólogo Deusdedit Carneiro Leite Filho, do CPHNAMA, visitou o Lajeiro do Escrivão e sugeriu um conjunto de medidas de

²⁵ É Bacharel em Engenharia Ambiental (IFCE, 2016); Especialista em Gestão, Auditoria e Licenciamento Ambiental (UNOPAR, 2018) e Técnica em Geoprocessamento (IFCE, 2022). É responsável pelas produções cartográficas ao longo deste trabalho.

prevenção ao referido local, porém não obteve retorno favorável por parte da Prefeitura Municipal, principal instituição pública a fomentar a proteção do sítio e seu turismo controlado, ou promoção do chamado ecoturismo em São João do Sóter. Desse modo, sugeriram-se algumas políticas de valorização, gerenciamento e preservação desse patrimônio arqueológico, tais como:

01- Cadastramento do Sítio. 02 – Elaboração e adoção de um plano de gestão. 03- Diagnóstico e medidas mitigadoras de impacto. 04 – **Aquisição da área do entorno pela Prefeitura Municipal e implantação de um parque ecológico/cultural.** 05 – Documentação gráfica do sítio, segundo a metodologia Valcamonica-Mila Simões. 05- Levantamento do potencial de sítios arqueológicos contendo arte rupestre na região. 06- Ações educativas voltadas à educação patrimonial (cartilha, folder, vídeos, etc). 07 – Projeto de acessibilidade e sinalização: Parque-Sítio (Leite Filho, 2012, p. 4-5, grifo meu).

Nesse viés, o que faltou para a efetividade de tais medidas públicas propostas foi justamente a ação da Prefeitura Municipal que poderia, dentro das possibilidades ofertadas, firmar um termo de cooperação ou buscar uma parceria, por exemplo, junto aos órgãos responsáveis por essa proteção, preservação e divulgação, como a Secretaria de Estado da Cultura, em especial o Centro de Pesquisa em História Natural e Arqueologia do Maranhão, o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão, além da Superintendência do Iphan/MA.

Figura 7 - Divulgação do Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão no blog da Sincotur/SJS



Fonte: Caio Barbosa (2018). Disponível em: <https://sincotur-sjs.blogspot.com/2018/02/sitio-arqueologico-lajeiro-do-escrivao.html>. Acesso em: 15 mai. 2024.

Em termos de publicização, em 2018, a Prefeitura Municipal de São João do Sóter, através da Secretaria Indústria, Comércio e Turismo (Sincotur), criou e “alimentou” um blog (um tipo de canal de informações), onde se apresenta o Lajeiro do Escrivão, com um pequeno texto introdutório e algumas imagens, como se vê logo acima (Figura 7). Além de tratar o sítio como um bem cultural local, inscrito no inventário turístico municipal (Barbosa; Souza, 2019)²⁶.

Essa iniciativa é pontuada como uma ação positiva em oportunizar aos interessados e usuários do blog da Sincotur/SJS conhecerem um dos patrimônios arqueológicos da Região dos Cocais, sendo um sítio composto exclusivamente por petróglifos (gravuras rupestres), por etnias paleoameríndias, grupos que antecederam os indígenas no território que hoje se concebe

²⁶ Tratando-se de um documento público oriundo do planejamento, gestão e promoção da atividade turística no município de São João do Sóter, e em consonância com a Política Nacional do Turismo, através da Lei 11.771/2008. Disponível em: <<https://docs.google.com/uc?export=download&id=1qEbKoK7zwj9DXKAg-wRY0P-M1WxVRAnh>>. Acesso em: 15 mai. 2024.

como São João do Sóter, outrora, Caxias, principalmente, porque o processo de ocupação e formação de ambas as cidades está interconectado por fatores históricos, geográficos, culturais e econômicos similares.

É importante mencionar que, para além daquilo que foi produzido e divulgado no blog da Sincotur de São João do Sóter (Barbosa, 2018), isto é, mantido oficialmente pela prefeitura municipal, foram mapeadas algumas matérias informativas publicizadas em blogs e sites regionais, produzidas por Cláudio Sabá (2013) e Denis Silva (2018), além de um vídeo informativo disponível na plataforma YouTube feito por Filipe Bezerra Costa (2020)²⁷ e no canal História Lab (2020) da UFMA/Campus Codó.

Figura 8 - Divulgação do Lajeiro do Escrivão nas seguintes plataformas virtuais: blog e site

Exclusivo: inscrições rupestres próximas a Caxias (Jornal dos Cocais)

POSTADO POR CLÁUDIO SABÁ ÀS 14:21 28.5.13

No município de São João do Sóter, distante 55 km de Caxias, existe um sítio arqueológico com várias inscrições rupestres datadas do período pré-histórico.

Chegando em São João do Sóter, percorremos mais 2 km em direção ao povoado Redondo. Na propriedade onde fica o tesouro arqueológico, o Senhor Miguel Alves, morador nativo da região, nos levou até o Lajeiro do Escrivão, nome dado ao abrigo de pedra que mede 32,5m de comprimento, e atinge até 3 metros de altura.

Levamos cerca de 15 minutos da estrada até o sítio arqueológico. No caminho, feito por uma trilha na mata, podemos ver a natureza em toda a sua exuberância. Pês de angico, pindaíba, aroeira, palmeiras nativas e um belo riacho ornamentam todo o percurso fazendo de toda a área um importante destino para curiosos, estudantes, professores, cientistas, arqueólogos e amantes da natureza.





Histórias sobre lendas do lugar nos são contadas pelo senhor Miguel Alves. "Minha mãe dizia que esse local era encantado e por essas bandas se ouvia relincho de cavalo, toque de tambor, batida em cocho, galinhas e outros pássaros, mas hoje não se ouve nada disso", revela Miguel Alves.

²⁷ Para esclarecimento, os links de acesso estão disponíveis nas referências bibliográficas deste trabalho (blogs, site e YouTube).

NOTICIALIZANDO

f t @

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO DISCUTE PROJETOS VOLTADOS AO SÍTIO ARQUEOLÓGICO LAJEIRO DO ESCRIVÃO

- Notícias / Reportar -

maranhão2018 - 22 de outubro de 2018 - CUIABÁ, MATO GROSSO

O Lajeiro do Escrivão, em São João do Sítio, cidade no leste maranhense, é o único sítio arqueológico do Maranhão com vestígios de pirâmides egípcias, nos alicerces das gravuras, o lugar sempre é visitado por historiadores e arqueólogos, recebe também, a visita de alunos.

No encontro, a prefeitura propôs uma parceria com o IFMA (Instituto Federal do Maranhão), com o intuito de elaborar um projeto com estratégias de visitação ao Sítio Arqueológico. Focando temas melhoramentos de infraestrutura, aproveitamento dos recursos naturais, sustentabilidade de visitação do sítio, foram algumas das medidas propostas.

Sua reprodução:

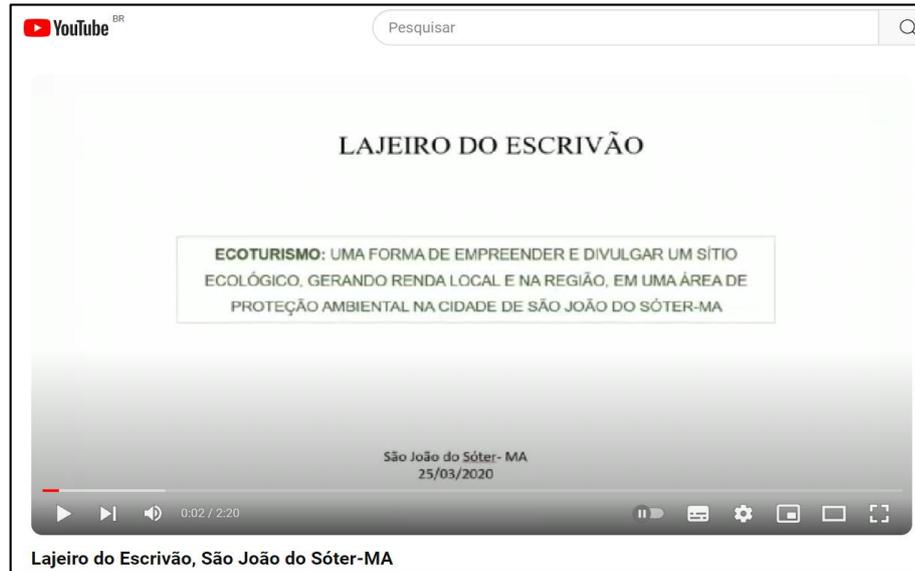
"O sítio é uma área muito valiosa, mas precisamos desenvolver ações para melhorar o acesso, a visibilidade e realmente mostrar a importância do local. Estamos buscando parcerias com instituições que possam contribuir com esse projeto, à exemplo do IFMA. Estamos estudando que vamos transformar o sítio arqueológico em um grande ponto turístico do nosso município", explicou a secretária de Indústria, Comércio e Turismo, Silvana Rocha.

"É importante que as ações sejam realizadas de forma integrada e planejada para que possamos fazer de fato propostas que vão contribuir para o desenvolvimento da região. Ficamos felizes e surpresos ao perceber que o município possui um grande potencial para o agriturismo, o ecoturismo voltado não somente para o Sítio", afirmou o chefe de Relações Institucionais do IFMA, Alisson Jardim.

A próxima etapa, é abrir um plano de trabalho e propor parcerias também com outras instituições de ensino aim de expandir os trabalhos no sítio.

Fonte: Sabá (2013); Silva (2018). Disponível em: <https://www.blogdosaba.com.br/search/?q=Lajeiro>. <https://noticializando2018.wordpress.com/2018/10/22/instituto-federal-do-maranhao-discute-projetos-voltados-ao-sitio-arqueologico-lajeiro-do-escrivao/>. Acesso em: 30 mai. 2024.

Figura 9 - Divulgação do Lajeiro do Escrivão na seguinte plataforma virtual: YouTube



Fonte: Costa (2020). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HGfMtF-uD1I>. Acesso em: 30 mai. 2024.

Em suma, todas essas iniciativas louváveis e de domínio público demonstradas acima (Figura 8 e Figura 9), foram feitas com o intuito de descortinar esse sítio arqueológico, visto que ele é ainda um objeto cultural marginalizado tantos pelos olhares do Poder Público, como da própria sociedade de São João do Sóter, por esta desconhecer a existência física e referência identitária como elemento formador e característico daquela região.

3.3 Visita técnica feita ao sítio: alguns olhares, reflexões e descrições de espaços e sujeitos

Dentre as várias visitas guiadas feitas ao sítio arqueológico Lajeiro do Escrivão, a principal foi a visita técnica ocorrida no dia 14 de outubro de 2023 (sábado), em que, na condição de pesquisador (Figura 10), acompanhado por meu orientador, Prof. Dr. Jackson dos Santos Ribeiro (PPGHIST/UEMA) e pela Sra. Betânia, moradora de São João do Sóter, pude detalhar em relatório *in loco*, minhas impressões quanto ao impacto do Lajeiro do Escrivão naquele espaço geográfico; um verdadeiro lugar de memórias étnicas, com ares de mistérios e uma sensibilidade atípica, perceptível em todos seus visitantes e curiosos.

Figura 10 - Pesquisadores em visita técnica ao sítio retratado



Fonte: Acervo do autor (2023).

Com isso, esclarece-se que tal visita tivera o conhecimento e autorização prévia da Senhora Gilvana Costa Rocha Paula, que prontamente permitiu nossa visitação e tiragem de fotografias para melhor descrição do percurso, o qual é realizado pelos seus vários visitantes. Desse modo, ao se chegar ao Povoado Redondo, percebe-se logo a abundância da fauna e flora local, característica da Região dos Cocais, marcada por árvores de grandes portes, com a predominância de mangueiras e babaquais, situadas em um relevo com deformações, aclives e declives, além da existência de algumas casas de taipas e de tijolos, no Povoado Redondo, próximas à entrada do atalho que nos leva até o Lajeiro do Escrivão, um percurso que só pode ser feito a pé, conforme as imagens demonstram (Figura 11).

Figura 11 - Entrada para o sítio arqueológico e algumas moradias do Povoado Redondo



Fonte: Acervo do autor (2023).

Vale mencionar que, devido ao êxodo rural, o Povoado Redondo possui poucas moradias, e os poucos residentes do local, inicialmente, se recusaram a tirar fotografias para este trabalho. Em contrapartida, foram bastante solícitos e atenciosos quanto aos questionamentos feitos e informações repassadas em relação ao trajeto realizado até o sítio. Todavia, para melhor enriquecer esta pesquisa optou-se por mencionar o Sr. Miguel Alves, um dos moradores mais antigos do Povoado Redondo, cuja fotografia está abaixo (Figura 12).

Figura 12 - Sr. Miguel Alves, antigo morador do Povoado Redondo



Fonte: Leite Filho (2012, p. 7).

Após a menção a este sujeito local, Sr. Miguel Alves, dar-se-á continuidade ao trajeto que foi realizado, sobretudo pelo fato de que, logo após a entrada para o sítio, o visitante, depara-se com a existência de uma lagoa (Figura 13), com cerca de 300m de distância até o espaço físico do Lajeiro do Escrivão, um arcabouço rupestre em meio à Região dos Cocais²⁸. Afinal, constata-se que: “Tanto os homens pré-históricos [...] ou mesmo as pessoas nos dias de hoje, procurariam, para viver, um lugar onde houvesse água nas proximidades (Funari, 2003, p. 18).

Dessa maneira, esclarece-se novamente que para se fazer visita ao sítio abordado é necessário solicitar autorização à atual proprietária daquele local, no Povoado Redondo, distante de 3km da sede urbana de São João do Sóter.

²⁸ Na visão de Rios (2001), essa região é uma paisagem característica do Maranhão, também conhecida como Mata dos Cocais, “considerada de transição entre vários domínios fitogeográficos, apresentando-se, portanto, associado em direção ao norte com os campos, ao sul e leste com cerrado e, em direção ao oeste, junta-se gradativamente com a floresta. No entanto, seu foco é na zona central nos vales dos rios Grajaú, Mearim, Itapecuru, Munim e Pindaré [...]” (Rios, 2001, p. 59).

Figura 13 - Lagoa próxima ao sítio (propriedade particular)



Fonte: Acervo do autor (2023).

Levando em conta esses aspectos, pode-se afirmar que, a predominância de recursos hídricos, perto dos vestígios arqueológicos, significa que a água sempre foi um mecanismo indispensável para a manutenção da sobrevivência humana, especialmente, segundo Barbalho Junior (2001), ao se tornar uma atração para grupos humanos, bem como imprescindíveis para estudos sobre a pré-história brasileira.

Entretanto, durante a visita feita, o que mais chama atenção é justamente o conjunto de placas indicativas (Figura 14) ao longo do trajeto para se chegar ao sítio, totalizando cerca de 788m de distância da entrada do Povoado Redondo até, de fato, ao sítio arqueológico em questão. Dessa maneira, as placas sinalizadoras foram colocadas em pontos estratégicos do sítio, a fim de fazer com que os visitantes se orientassem durante o trajeto feito a pé, pois outrora, a região era inóspita, embora, seja considerada ainda uma mata fechada, com abundância de uma fauna e flora típica da Região dos Cocais.

Figura 14 - Placas indicativas de orientação geográfica (propriedade particular)

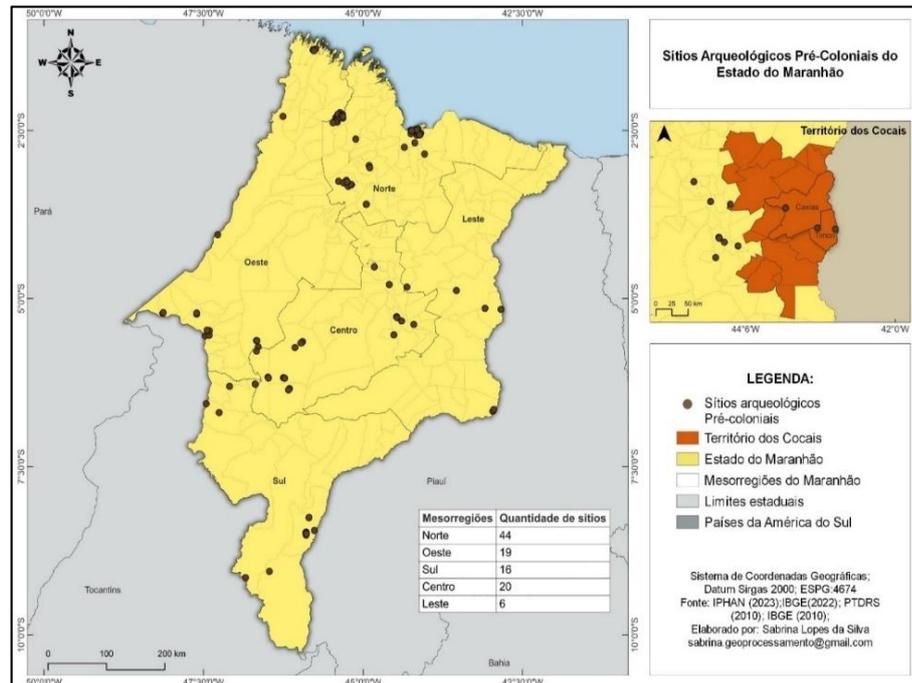


Fonte: Acervo do autor (2023).

Após a descrição do espaço e de seus principais sujeitos que compõem o enredo descritivo do sítio arqueológico estudado e pesquisado, identificou-se uma lacuna negligencial: a demora do processo de tombamento do Lajeiro do Escrivão como bem arqueológico. Uma lacuna que este trabalho reitera e chama à devida atenção para suprir, por meio de medidas de proteção, salvaguarda e promoção de uma educação patrimonial, ambiental e ecoturística controlada naquele lugar de memórias étnicas e milenares, especialmente, por ser um bem patrimonial que deve ser levado à sala de aula, por exemplo, sendo um objeto de conhecimento no ensino de História local.

Sendo assim, no tempo presente, evidenciar e potencializar um bem cultural pouco estudado e pesquisado no leste maranhense torna-se um grande desafio, mas não impossível, visto que o que se demonstra, conforme o mapeamento abaixo (Figura 15), é uma concentração espacial de sítio pré-coloniais na mesorregião norte do estado, principalmente, pela catalogação de sítios do tipo estearias e sambaquis que caracterizam a baixada maranhense. Diferentemente do leste maranhense, onde predominam sítios abrigados sob rochas, predominantemente marcadas por gravuras rupestres, com poucas pinturas.

Figura 15 - Mapa de localização e distribuição de sítios pré-coloniais no Maranhão



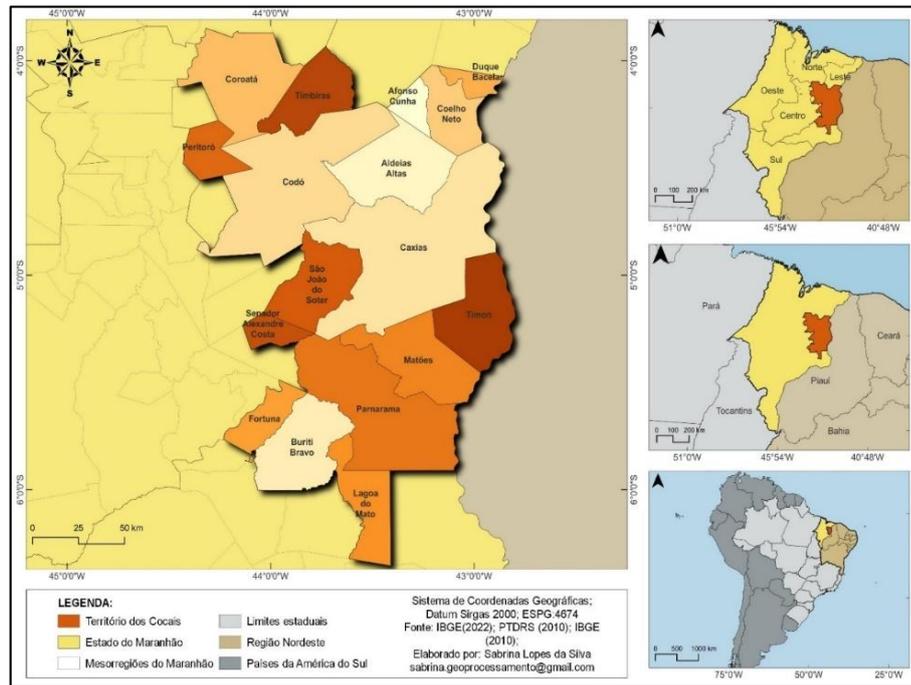
Fonte: Elaborado por Sabrina Lopes da Silva (2023).

A partir da representação cartográfica acima, justifica-se o panorama desigual de pesquisas e estudos feitos e centrados naquela região, tanto pelo Cphnama quanto pelo Larq da UFMA. Frente a isso, destaca-se, por exemplo, que a mesorregião leste, além de possuir poucos sítios cadastrados (sobretudo, no Território ou Região dos Cocais), sofre fortemente ausências de políticas públicas institucionais e sistemáticas de cadastro, pesquisa e acondicionamento de vestígios da cultura material de forma adequada²⁹.

A paisagem natural, Território ou Região dos Cocais, localiza-se na porção leste do estado do Maranhão, limitando-se ao norte com a Mesorregião Leste Maranhense, ao Sul com a Mesorregião Centro, a Oeste com a Mesorregião Centro Maranhense e a Leste com o estado do Piauí (Brasil, 2022). Em termos de limites territoriais, abrange uma área de 30.211 km² e é composta por 17 municípios, a saber: Afonso Cunha, Aldeias Altas, Buriti Bravo, Caxias, Coelho Neto, Codó, Coroatá, Duque Bacelar, Fortuna, Lagoa do Mato, Matões, Parnarama, Peritoró, São João do Sóter, Senador Alexandre Costa, Timbiras e Timon (Figura 16).

²⁹ Tratando-se de uma discussão ainda atual, segundo Leite Filho e Leite (1998), os bens patrimoniais brasileiros sejam de natureza material ou imaterial, passam por um processo de complexidade significativa, pois existe uma legislação que os protegem, mas não existe, de fato, uma praticidade e dinamicidade quanto a realizações de pesquisas científicas, amplas e democráticas. Além de se ter uma sociedade carente de uma formação ou educação patrimonial, desde o preparo técnico, até mesmo à constituição de uma aprendizagem e consciência concernentes à salvaguarda de patrimônios locais, regionais ou nacionais.

Figura 16 - Mapa de localização do Território ou Região dos Cocais, Maranhão, NE/Brasil



Fonte: Elaborado por Sabrina Lopes da Silva (2023).

Vale ressaltar que o Maranhão teve uma nova proposta de regionalização que começou a ser implantada em 2018 pelo IBGE (Brasil, 2022), na qual a Região dos Cocais soma somente quatro municípios maranhenses: Coroatá, Codó, Peritoró e Timbiras (Maranhão, 2018). Entretanto, neste estudo será trabalhado com a grande Região dos Cocais, um território de transição, que contempla os 17 municípios mencionados anteriormente, sendo o foco central, São João do Sóter, devido ao sítio específico estudado.

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: A PROPOSTA DE UM GUIA DIDÁTICO PARA PROFESSORES DE HISTÓRIA

Este terceiro e último capítulo aborda e tem como objetivo, integrar a Educação Patrimonial ao ensino de História Local, considerando as novas discussões e reflexões emergentes. A Educação Patrimonial é apresentada como uma metodologia ou prática de intervenção para alcançar uma estratégia de aprendizagem e entendimento geográfico. Isso é feito sob a perspectiva do pesquisador, utilizando-a como uma ferramenta para a construção de narrativas que envolvem tanto os sujeitos quanto os objetos históricos.

Nesse contexto, os bens patrimoniais, como os sítios arqueológicos, são apresentados em sala de aula como objetos de conhecimento, carregados de memórias e historicidades, os quais são essenciais para a formação de uma consciência histórica. Além disso, o capítulo se dedica a descrever e refletir sobre a construção de um guia didático, proposto como produto educacional para professores de História do 6º ano do ensino fundamental. Serão detalhados os processos teórico-metodológicos e descritivos envolvidos na criação e funcionalidade do guia, bem como os resultados esperados, tanto em termos de viabilidade de aplicação quanto dos potenciais impactos futuros na sociedade.

4.1 Educação Patrimonial e ensino de História Local: tecendo novas discussões e reflexões

A Educação Patrimonial é uma das práticas pedagógicas ou estratégia de ensino mais exitosa nas aulas de História na educação básica. É tida como uma proposta para se pensar e repensar objetos culturais, sejam de naturezas materiais ou imateriais descortinadas no processo de ensino-aprendizagem da educação básica. Ou seja, tratando-se de uma metodologia capaz de promover saberes históricos, junto à preservação de bens patrimoniais e à própria divulgação desses bens numa visão sustentável e sociocultural.

Nesse viés, a Educação Patrimonial, conceitualmente e de modo preliminar:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar às crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural deles, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 5).

A partir do exposto acima, entende-se a educação patrimonial em áreas arqueológicas como uma proposta relevante de preservação e divulgação de patrimônios marginalizados socialmente, principalmente, quando essa proposta intervém no ensino. Em outras palavras, através dessa metodologia, o professor de História poderá se apropriar de determinado objeto cultural em suas aulas, sendo uma estratégia de aprendizagem histórica frutífera em contextos socioculturais que venham a contemplar comunidades locais e escolares.

Na prática, a Educação Patrimonial deve possibilitar aos seus agentes envolvidos, “uma formação capaz de conhecerem a sua própria história, condicionada a um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 6)³⁰. Uma atividade a ser desenvolvida com base em quatro ações educativas, sendo elas: observação, registro, exploração e apropriação.

Com isso, em relação ao patrimônio arqueológico, como sítios pré-coloniais de registro rupestre, caberá ao professor de História, por meio do objeto material utilizado em suas aulas, ou até mesmo a partir de aulas-campo, uma construção e reconstrução de visões educativas e crítico-reflexivas e, que venham a romper com certos estereótipos referentes ao patrimônio material. Nesse sentido, a educação patrimonial é uma possibilidade de trabalho que, se inserida adequadamente no ensino de História Local, consegue oferecer e oportunizar as mais diversas experiências aos sujeitos e grupos em distintos espaços existentes.

Nesse meandro, a História Local consiste em uma abordagem que prioriza a análise de pequenos espaços e que depende, essencialmente, do campo geográfico do historiador, sendo que tal abordagem, segundo o autor clássico, Goubert (1988), iniciou-se na França no século XX, assim:

Denominaremos História Local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local, ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum). [...] A História Local foi mais tarde desprezada, principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado, na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a História Local pode ser autêntica e fundamentada (Goubert, 1988, p.70).

Posto isso, a História Local dispõe-se a estudar um determinado espaço

³⁰ Estes três autores foram responsáveis pelo *Guia Básico de Educação Patrimonial*, publicado em 1999, pelo Iphan.

localizado³¹, sobretudo, sujeitos ou comunidades marginalizadas ou despercebidas pelas pesquisas científicas no campo da História, sendo que, cada vez mais, se faz essencial a inserção da História Local no âmbito acadêmico, dada a amplitude das dimensões geográficas do Brasil e o surgimento de novos objetos e fontes de pesquisas. Frente às pesquisas e consolidação de uma vasta produção que privilegia os macros espaços, por sua vez, em descumprimento ao que é proposto pelos principais documentos da legislação educacional, a saber: a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e o Documento Curricular do Território Maranhense (Maranhão, 2019).

Contudo, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a título de exemplo, concebem a História Local como “[...] recurso pedagógico privilegiado [que] possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte” (Brasil, 1998, p. 9), visando oportunizar a realidade histórica contemplada pela narrativa, sendo esta constituída por pessoas e objetos analisados ao longo do processo histórico em si.

Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica das transformações do espaço e articular esse processo às relações externas, a outros ‘lugares’ (Bittencourt, 2008, p. 172).

Em função disso, destaca-se que, para Bittencourt (2008, p. 203), os estudos sobre História Local, “[...] devem tentar buscar no recorte micro os sinais e as relações da totalidade social, rastreando-se por outro lado, os indícios das particularidades – os homens e as mulheres de carne e osso”. Logo, a história do Brasil constitui-se por uma dimensão nacional, local e regional. E essa relação que é interessante de ser contextualizada nas aulas de História.

Afinal, conforme Costa (2019, p. 132), o uso de História Local para o ensino de História pode ser considerado a partir “do seu próprio valor quanto um grande ponto de partida para atividades que desenvolvam inúmeras outras competências para a construção do conhecimento histórico”. Isto é, os saberes históricos são constituídos a partir de um lugar de afetividade, de pertencimento, de sentimento pessoal e coletivo. E esses saberes, conseqüentemente, são articulados por meio também da formação de uma consciência histórica, pautada na reciprocidade das experiências de vida, usos e valores humanos, ao tomar o lugar

³¹ Em muitos casos, a História Local é confundida com a história regional, visto que ambas são abordagens históricas. No entanto, “Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da história regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica [...]” (Barros, 2004, p. 153). Assim, enquanto a história regional foca numa região, a história local se ocupa de algo menor, mais específico, distinguindo-se somente por uma questão de escala geográfica.

como objeto e marco referencial do saber.

Sob esse aspecto abordado, quando saberes históricos e a consciência histórica articulados a bens patrimoniais materiais, como patrimônios arqueológicos são potencializados e experimentados por diferentes sujeitos, a História Local acaba por ser tida como uma narrativa histórica (Gonçalves, 2007). Um lugar de sociabilidades múltiplas, favorecendo, constantemente, uma relação de complementariedade e um diálogo entre o passado, o presente e o futuro.

Nesse percurso, a História Local torna-se um instrumento que faz com que diversos sujeitos, no caso do espaço escolar, alunos e professores, possam reconhecer como referência identitária suas representações e impressões contidas em objetos patrimoniais, como sítios arqueológicos, espaços de vestígios humanos remotos, interligados por contextos reais de origem ou migração (deslocamento espacial), como os povos originários, os paleoameríndios.

É o que ratifica Gonçalves (2007), quando diz que a escala daquilo que é *local* é marcada por inúmeras interpretações subjetivas e conjunturais, porém não se distancia do espaço-tempo. Em referência a isso, tem-se a Região dos Cocais, no Maranhão, cujos sítios arqueológicos pré-coloniais do tipo rupestre, ainda são poucos estudados e divulgados. Compostos por uma historicidade ímpar ao configurar a existência de fluxos migratórios e nomadismo de antigos agrupamentos humanos naquela região geográfica, ainda carente de um processo de patrimonialização mais eficiente e abrangente.

Nesse contexto, quando se remete ao espaço escolar e seus conteúdos sistematizados, ainda existem muitas dificuldades pedagógicas dos professores de História ao trabalharem a História Local no ensino ou abordá-la corretamente em sala de aula, principalmente quando o objeto de conhecimento é um bem patrimonial ou algum tipo de manifestação cultural. Sob essa óptica:

[...] é importante que também o professor tenha apreço pelo tipo de bem cultural que pretende trabalhar com seus alunos. Com isso, poderá potencializar ainda mais sua motivação para reunir material de informação para o preparo das aulas, e assim, transmitir a eles seu entusiasmo com a pesquisa (Figueira; Miranda, 2012, p. 84).

Em contrapartida, as alegações por parte dos professores de História em relação às barreiras encontradas no tocante ao ensino de História Local são inúmeras e negativas, desde a ausência de materiais complementares e de apoio sobre temas locais, ou quando existem, são inacessíveis; até a vigência do ensino tradicional que se perdura com o livro didático, como único instrumento educativo em sala de aula.

Certamente, além do desconhecimento em relação à produção historiográfica, há uma evidente falta de interesse dos alunos pela disciplina de História. Um exemplo disso ocorre entre os professores de História da Rede Pública Municipal de Ensino de São João do Sóter, que relatam a ausência de materiais de apoio ou paradidáticos, capazes de abordar os elementos formativos da história da cidade ou seus principais patrimônios culturais. Esse problema é particularmente grave em relação ao patrimônio arqueológico, sendo desconhecido por grande parte da população e negligenciado pelo Poder Público quanto à sua preservação.

Além disso, há uma falta de reconhecimento por parte das comunidades rurais em torno do "Lajeiro do Escrivão" como um patrimônio local, o qual desempenha um papel fundamental na formação da identidade cultural das localidades próximas ao sítio. Esse local, rico em memórias étnicas e rupestres, deveria ser valorizado.

Diante desses desafios, que dificultam o processo de ensino-aprendizagem, é essencial adotar novos olhares e propor intervenções no âmbito escolar, como a criação e aplicação de produtos educacionais específicos para o ensino de História. No entanto, conceber, desenvolver e implementar um produto educacional não é uma tarefa simples. Pelo contrário, exige uma abordagem conceitual e teórico-metodológica bem definida, além de considerar as possíveis reverberações na educação básica.

4.2 Um objeto de conhecimento em sala de aula: a inserção de bens arqueológicos no ensino de História Local e a formação de uma consciência histórica

A nível nacional, a BNCC (Brasil, 2018), preconiza que no currículo de História dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), o professor deverá trabalhar em sala de aula o objeto de conhecimento: *A Origem da Humanidade*, especificamente, para turmas de 6º ano. Assim, tratando-se de uma oportunidade em relação à inserção de sítios arqueológicos, que são patrimônios materiais culturais, nas aulas de História, devem ser contextualizadas com as teorias de origens do homem junto as suas formas de registros e ocupações nos espaços.

Apoiado nessa compreensão conteudinal, infere-se que:

[...] o Documento Curricular do Território Maranhense fundamenta-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, que enfatiza como principal elemento das Ciências Humanas o despertar nos estudantes do Ensino Fundamental para a complexidade do mundo social e a importância da relação com o *outro*, numa perspectiva de compreensão racional dos fenômenos históricos e geográficos como resultado da ação coletiva dos grupos sociais. Todos somos, portanto, agentes históricos (Maranhão, 2019, p. 389).

Diante disso, no estado do Maranhão, o DCTMA³² (Maranhão, 2019), aproximou a história regional e local das mais diversas realidades de seu povo. Logo abaixo (Figura 17), tem-se a imagem da proposta curricular para o ensino de História com as turmas de 6º ano do Ensino Fundamental, bem como sugestões de atividades que podem ser desenvolvidas pelo professor, conforme seu planejamento escolar.

Figura 17 - Proposta curricular para o ensino de História no Maranhão – 6º ano do ensino fundamental.

6º ano			
Unidades temáticas	Objetos de conhecimento	Habilidades	Atividades sugeridas
História: tempo, espaço e formas de registros	A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias e as diferentes formas de vivenciar e marcar o tempo.	(EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades, rupturas, simultaneidade e permanências).	Exposição histórica O professor poderá propor a comparação entre os calendários cristão, judaico, mulçumano, maia, inca e asteca e ainda observar como as comunidades indígenas e camponesas organizam seu tempo. Podem ser destacadas as comunidades tupis-guaranis com as quais os portugueses estabeleceram contatos e que tinham sua concepção de tempo estruturada pela guerra com os seus rivais, como aponta o antropólogo Eduardo Viveiro de Castro. O objetivo será demonstrar que as diferentes sociedades contam e experimentam o tempo de forma muito distintas.
	Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico com enfoque no Maranhão.	(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.	Roda de leitura compartilhada Levar à sala de aula artigos de revistas de divulgação, a exemplo da publicação <i>Aventuras na História</i> , a fim de familiarizar os estudantes com outras formas de transmissão do conhecimento histórico. Em outro momento, proporcionar visitas a museus, arquivos e/ou casas de cultura, como o mesmo objetivo.
	As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização e as mais recentes descobertas arqueológicas que apontam para a origem da humanidade – sítios arqueológicos do Maranhão.	(EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação. (EF06HI04) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano. (EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos e quilombolas, discutindo a natureza e a lógica das transformações ocorridas e realizadas por outras culturas ao longo do tempo. (EF06HI06) Identificar geograficamente e historicamente as rotas de povoamento no território americano.	Sessão de cinema Exibição de <i>Croods</i> (2013), animação que permite discutir as dificuldades da experiência humana antes da invenção da agricultura, debater a diferença entre cinema e história e levantar a discussão de elementos filosóficos, como o mito da caverna, de Platão. Croqui da comunidade Propor aos estudantes que produzam um croqui ou um mapa da comunidade, destacando as mudanças que aconteceram nos últimos anos, para que possam compreender melhor as modificações ocorridas nos espaços físicos. A atividade pode ser desenvolvida em conjunto com o professor de Geografia.

Fonte: DCTMA (Maranhão, 2019, p. 450).

Vale destacar que, além desse amparo legal, que mostra a real necessidade de se seguir a proposta curricular vigente, tem-se a inquietude de se abordar o tema patrimônio

³² Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), criado em 2019, e vigente em todas as escolas públicas e privadas de educação básica do estado (Maranhão, 2019), elaborado conforme a BNCC (Brasil, 2018), e outras normalizações da legislação educacional brasileira.

arqueológico nas aulas de História, mediante a inclusão de conhecimentos básicos provenientes da Arqueologia, o que de fato, pode ajudar a lançar questões sobre o entendimento da História Local, as tensões e disputas que envolvem narrativas históricas e bens patrimoniais. E claro, somado aos pormenores envolvendo o ensino de História pré-colonial, segundo os vestígios deixados pelos povos originários do atual território maranhense.

Ademais, para além do aspecto curricular, outros documentos que compõem a legislação educacional possuem um olhar específico para novas possibilidades de se intervir no âmbito escolar, como os Parâmetros Curriculares Nacionais de História – 3º e 4º ciclos do ensino fundamental (Brasil, 1998). Ao afirmar que, para se promover a valorização e utilização de vestígios como fontes históricas, considerando seu contexto histórico, deve-se considerar que:

É tarefa do professor criar situações de ensino para os alunos estabelecerem relações entre o presente e o passado, o particular e o geral, as ações individuais e coletivas, os interesses específicos de grupos e as articulações sociais. Podem ser privilegiadas as seguintes situações didáticas:

[...] trabalhar com documentos variados como **sítios arqueológicos**, edificações, plantas urbanas, mapas, instrumentos de trabalho, objetos cerimoniais e rituais, adornos, meios de comunicação, vestimentas, textos, imagens e filmes (Brasil, 1998, p. 77, grifo do autor).

Sob o olhar acima, o professor de História deverá criar situações de ensino, ou melhor, estratégias de aprendizagem que consiga abordar, da melhor forma possível, os sítios arqueológicos como objeto de conhecimento em suas aulas, de forma a atrair e chamar atenção de seu alunado. Nessa lógica, percebe-se que a Arqueologia não se trata de uma mera ciência auxiliar da História, e sim, um campo complementar, pois ela comprova ou refuta, na prática, o que os historiadores afirmam em seus estudos e pesquisas.

Em se tratando de patrimônio arqueológico a metodologia da educação patrimonial faz-se dinamizadora no planejamento do professor. Logo, a proposta de aula-campo (visita guiada) a sítios arqueológicos, acompanhado de um roteiro, torna-se uma atividade pedagógica inovadora para muitos alunos, principalmente, sendo estes, crianças que se encontram no 6º ano do ensino fundamental.

Por sinal, uma aula-campo que deve obedecer às quatro ações educativas propostas pelo guia de educação patrimonial (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999), sendo respectivamente: a *observação* do espaço geográfico: fauna, flora, relevo, vegetação e registros humanos no local arqueológico; o *registro* da aula em um relatório com as impressões dos visitantes; a *exploração* do espaço, através da explanação do professor de História sobre os registros rupestres e os

grupos étnicos que residiram naquele local há milhares de anos; e a *apropriação*, que se trata da absorção do saber histórico referente ao sítio analisado, ou seja, conseguir discutir e assimilar aquilo que foi repassado, e fomentar novas reflexões em sala de aula.

De modo prévio, ao trabalhar com bens arqueológicos no cotidiano escolar, o professor de História tem a obrigação didático-pedagógica de possuir algumas noções referentes aos instrumentos de identificação de bens culturais materiais em vigência no país. Um assunto bastante pertinente, quando se trata do sítio arqueológico Lajeiro do Escrivão, na Região dos Cocais, Maranhão. Ao considerar que:

É a partir da pesquisa arqueológica que podemos reconstituir e/ou reinterpretar aspectos da nossa pré-história e história, estudando-se a cultura material, recuperada em campo através das escavações em sítios arqueológicos, testemunhos de ocupações humanas passadas e suas atividades, constituidoras da nossa história. Portanto, a consciência e a identificação de um povo com sua história são os elementos transformadores do indivíduo em cidadão, instrumentos necessários ao exercício da cidadania e conformadores de uma nação (Medeiros; Surya, 2012, p. 283).

Ou melhor dizendo, no âmbito da patrimonialização, conforme o Iphan, por meio das Portarias de n.º 375 de 19 de setembro de 2018 (Brasil/Iphan, 2018) e de n.º 316 de 04 de novembro de 2019 (Brasil/Iphan, 2019), a pesquisa arqueológica é ainda um dos principais instrumentos de identificação da cultura material, junto à aplicabilidade da educação patrimonial, enquanto dispositivo de reconhecimento de um bem arqueológico.

No entanto, ao ser pontuado outros instrumentos, tais como: os inventários de conhecimento e participativos; os estudos temáticos ou técnicos; os dossiês e o cadastramento, percebe-se ainda um processo burocrático em relação à execução desses instrumentos mencionados. Sobretudo, o cadastramento que depende de instâncias institucionais, a saber, o Iphan e seus sistemas de dados e informações.

A título de conhecimento, no Maranhão³³, particularmente, na região ou território dos Cocais, nos últimos anos foram cadastrados alguns sítios arqueológicos próximos ao Lajeiro do Escrivão (Tabela 2), a exemplo dos sítios *Chapadinha* (em Caxias), *Baixão do Saturnino* (em Timon) e *Complexo Arqueológico de Parnarama* (em Parnarama), tratando-se de vestígios humanos que comprovam a existência da passagem de várias etnias ou grupos migratórios no território que se concebe hoje como Região dos Cocais, há milhares de anos.

³³ O estado, atualmente, possui cerca de 310 sítios arqueológicos cadastrados na base de dados do SICG e CNSA sem geo. Disponível no link: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/cadastro-de-sitios-arqueologicos>. Acesso em: 03 jun. 2024.

Diante desse cenário, vale mencionar que o sítio arqueológico Lajeiro do Escrivão ainda não consta no banco de dados oficiais do Iphan, não por falta de iniciativa individual, pois qualquer cidadão brasileiro pode entrar solicitar e comunicar a descoberta de um bem arqueológico (sua descrição e localização) à superintendência do Iphan do estado, precisamente, ao detalhar a origem do achado, via ficha técnica de registro de sítio arqueológico³⁴. Mas, sim, pela demora de homologação do CNA do Iphan, em reconhecê-lo oficialmente.

Tabela 2 - Sítios arqueológicos próximos ao Lajeiro do Escrivão, em São João do Sóter/MA

Nome	Síntese do bem arqueológico	Classificação (SIRGAS 2000)	Município	UF
<i>Chapadinha</i>	É um bem arqueológico, do tipo Sítio, com estado de conservação bom e de preservação íntegro, sendo um sítio lítico, caracterizado por raspadores, percutor, lascas de descartes e blocos de retiradas, confeccionado em sílex, arenito e arenito silicificado. Está localizado em uma pequena elevação em uma planície, próximo a um afluente do rio Itapecuru.	Pré-colonial /coordenada geográfica: - 43.53854838, - 4.87931673	Caxias	MA
<i>Baixão do Saturnino</i>	É um bem arqueológico do tipo Sítio. O material cultural é constituído por fragmentos líticos lascados.	Pré-colonial /coordenada geográfica: - 43.090619,- 5.1144261	Timon	
<i>Complexo Arqueológico de Parnarama</i>	É um bem arqueológico do tipo Sítio.	Sem classificação/ coordenada geográfica: - 43.230700199,- 5.74858828	Parnarama	

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da consulta ao CNSA/SGPA (2024).

³⁴ De acordo com o Iphan (Brasil, 2022), órgão responsável pelo cadastro oficial de sítios arqueológicos, a consulta de tais bens deve ser feita pelos endereços eletrônicos: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/login> (SICG). <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa> (SGPA). Ou então através do seguinte link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1SAgyRgMKPOVarkzDAia10LyzxsoAygkU/edit?usp=sharing&ouid=115077219545255427965&rtpof=true&sd=true>, visto que tal procedimento burocrático de cadastramento ocorre sempre pelo preenchimento de uma ficha, seguindo o Manual de Preenchimento da Ficha para Registro, que deverá conter imagens do achado ou descoberta arqueológica em qualquer parte do território brasileiro. Um atendimento que só pode ocorrer a partir dos critérios estipulados pela portaria n.º 316/2019, sendo de total competência do Centro Nacional de Arqueologia (CNA) do Iphan, o devido reconhecimento e homologação do sítio arqueológico em ficha técnica, isto é, os dados referentes ao patrimônio arqueológico no SICG.

Com o breve mapeamento de sítios arqueológicos cadastrados na Região dos Cocais e localizados perto do Sítio Lajeiro do Escrivão, o mediador do processo educativo, tendo como foco o professor de História, ficará subsidiado pela quantidade de vestígios humanos encontrados e catalogados pelo Iphan no solo maranhense. O que se torna algo inovador, pois poucas pessoas têm conhecimento da existência destas áreas arqueológicas, a céu aberto, como Caxias, cidade mais próxima a São João do Sóter. Melhor será quando os alunos tomarem conhecimento dessa informação e puderem fazer visitas técnicas ou terem acesso as imagens desses elementos da cultura material, mediados pelo professor, em suas aulas.

Afinal, este trabalho não objetiva somente transformar o patrimônio arqueológico como um meio e objeto de estudo para dinamizar as aulas de História e difundir elementos da cultura material. Mas, torná-lo instrumento de debate de memórias evidenciadas ou refutadas, visibilizar sujeitos e espaços de atividade humana, além de seleções, silenciamentos e atribuições de valores.

Com base nessa perspectiva, Gil e Pacievitch (2019) entendem que os produtos apresentados em dissertações são elaborados para que os estudantes e professores, de modo em geral, se apropriem de determinados patrimônios, questionando seus processos de patrimonializações. Logo, “parece forte o pressuposto de que basta o contato com os bens patrimoniais para que espírito crítico, pensamento histórico e cidadania se desenvolvam” (Gil; Pacievitch, 2019, p. 288).

Pelo contrário, não basta só o contato físico com o patrimônio em si, ele tem que ter sentido e significado para os sujeitos que o rodeiam, por possibilitar a conexão direta entre a tríade: conhecer, preservar e valorizar. Além de desenvolver “ações de interpretação que permitam a reflexão sobre a historicidade das manifestações culturais e suas relações entre os sujeitos e os objetos” (Gil; Pacievitch, 2019, p. 290).

É importante elencar que a relação entre sujeito e objeto no ensino de História, fomenta a verdadeira função pedagógica desse ensino, que de acordo com Bittencourt (2008), é dar subsídios para que professores tenham domínio de conteúdos históricos e consigam transpor esses saberes acumulados aos seus alunados. À luz disso:

Um professor mal preparado e desmotivado não consegue dar boas aulas nem com o melhor dos livros, ao passo que um bom professor pode até se aproveitar de um livro com falhas para corrigi-las e desenvolver o velho e bom espírito crítico entre seus alunos. Mais do que o livro, o professor precisa ter conteúdo (Pinsky, 2004, p. 22).

Paralelo a isso, a função do ensino de História também consiste na identificação dos conteúdos históricos por parte dos alunos, tanto localizados no livro didático como aqueles temas históricos dispostos em outros materiais didático-pedagógicos. Uma possibilidade que irá constituir nos estudantes dos anos finais do ensino fundamental a chamada *Consciência histórica*, a qual está ligada às discussões concernentes a estudos sobre aprendizagem histórica, vinculada à memória coletiva, construção de identidades culturais e com as mais diversas metodologias de ensino.

Vale enfatizar que uma das principais formas de assimilação da *consciência histórica* pelos alunos ocorre por meio da inserção da História Local no ensino, contribuindo para com que esses alunos tenham saberes das suas próprias particularidades e, que a partir desses saberes, consigam encontrar conexões, diversos espaços e experiências vivenciadas. A consciência história é definida como:

[...] uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico, a partir de proposições que tenham a ver com os interesses dos alunos, suas aproximações cognitivas e afetivas, suas vivências culturais, com as possibilidades de desenvolver atividades vinculadas, diretamente, com a vida cotidiana, entendida como expressão concreta de problemas mais amplos (Schmidt; Garcia, 2005, p.190).

Diante disso, acredita-se que o papel da História Local, na vida dos alunos, é desenvolver justamente a consciência histórica. Os estudos e temas locais corroboram para a constituição de memórias, identidades, saberes, posto que “a escola e as aulas de História são lugares de memória da história recente, imediata e distante” (Guimarães, 2012, p.242). Assim, tanto o ambiente escolar quanto as aulas de História e, outras áreas interdisciplinares, contribuem decisivamente na construção de lugares de memórias e saberes históricos escolares.

Para Cerri (2011), os diversos sujeitos sociais são conduzidos por suas representações e experiências, referentes a quem são e de quem podem ou desejam ser. Dada à consciência histórica formada pelo uso da transposição didática³⁵ do professor junto aos seus alunos, pois ela é encontrada nas relações humanas tecidas no cotidiano, acima de tudo, no cotidiano escolar. Portanto, é a escola que é o primeiro e principal ambiente formal de

³⁵ Este conceito refere-se à forma como professores e alunos se apropriem do saber, tornando-se a passagem do saber acadêmico para o ensinado. Um processo que para Bittencourt (2008, p. 34-35), acaba por colocar a escola apenas como espaço de reprodução de um conhecimento externo, como se esse espaço sistemático não produzisse nenhum saber, deixando o professor como um mero reprodutor de saberes durante esse processo retratado.

apropriação da consciência histórica, mediante as aulas de História onde as crianças aprendem sistematica e pedagogicamente.

4.3 Arcabouço teórico do produto educacional: a construção de um Guia Didático

Teorizar um produto educacional não é uma tarefa fácil, mas que se faz essencial no entendimento do cerne de suas definições e tipologias. Baseado nisso, segundo Rangel, Oliveira e Delcarro (2019), é necessário compreender que dentro do vasto arcabouço de materiais didáticos voltados para o ensino de História tem-se o guia didático, também chamado de educativo. Logo, traz-se aqui a definição gramatical dos termos “guia” e “didática”, para que se possa construir a essência e identidade deste material e seu uso no espaço escolar da educação básica.

Associado a isso, utilizar-se-ão as ideias de Vasconcelos (2010), o qual ressalta que guia didático possibilita ressignificar conceitos, e por isso, no viés educacional, o professor ou aluno consegue gerenciar ou nortear seus próprios saberes, sendo assim, uma proposta pedagógica desafiadora que enfatiza a aprendizagem. Dessa maneira:

O Guia didático pode ser entendido como um material que contém informações, ideias, apontamentos, conteúdos, notas, dados e experiências individuais, coletivas, culturais, tecnológicas e ambientais de maneira clara e objetiva, que auxiliam a construção do conhecimento, ressignificação de conceitos e conquista de autonomia que se originam nos diversos tipos de interações entre conteúdo, sociedade e ambiente, perpassando também pela escola e educação (Rangel; Oliveira; Delcarro, 2019, p. 2).

Conforme o exposto acima, o caráter instrutivo do guia didático facilita ao seu usuário, o domínio dos conteúdos plenos que o compõem, de forma dinâmica e criativa, pois o objetivo do guia, segundo Rangel, Oliveira e Delcarro (2019, p. 3), é fomentar a curiosidade do leitor, sendo assim, claro e pontual, mas sem fornecer *spoilers*.

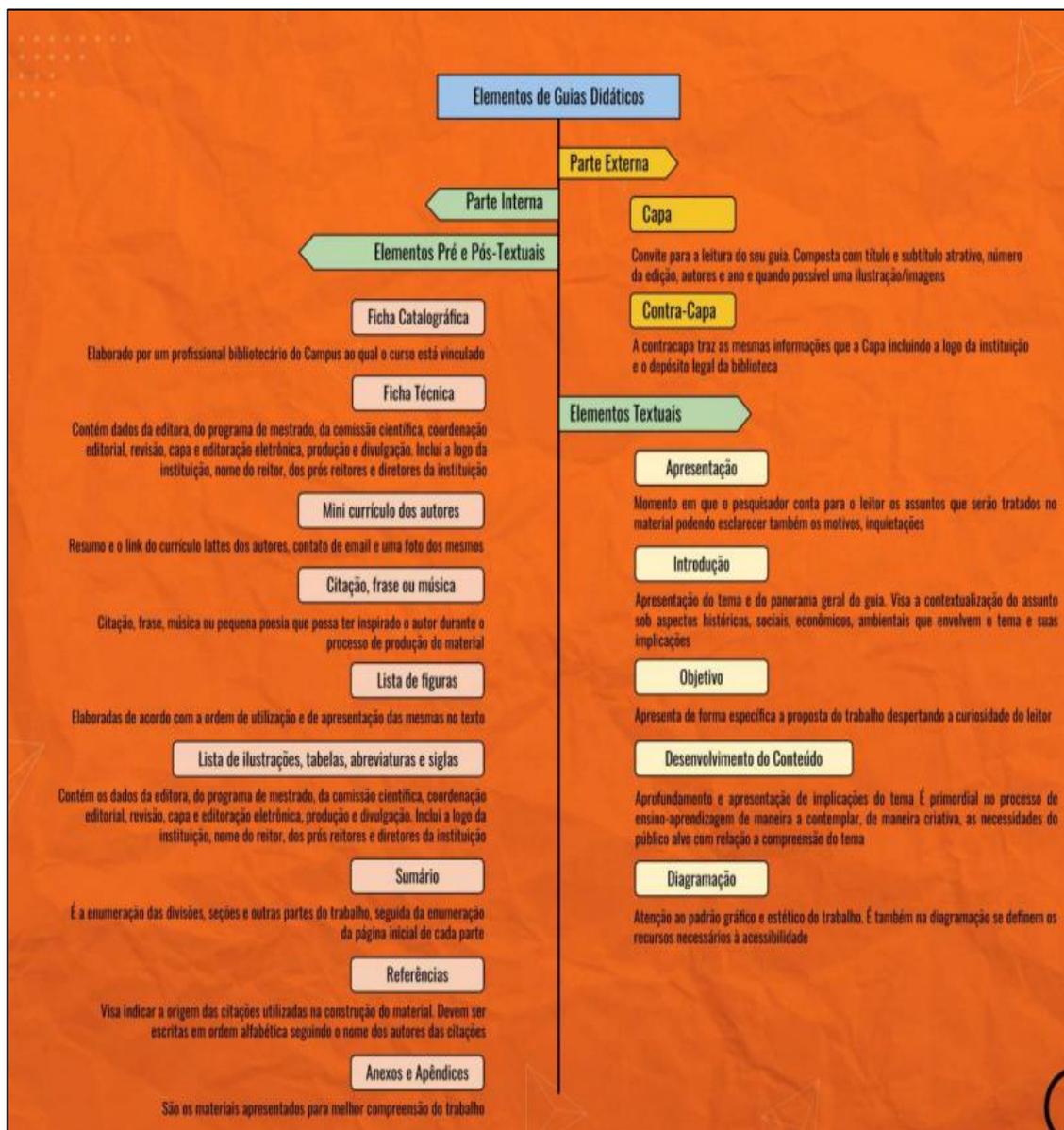
Para atrair o leitor, o guia didático deve ser envolvente, criativo e acessível tanto na linguagem quanto na estética gráfica. Ele deve ser construído para auxiliar e orientar a compreensão de diversos conteúdos, especificamente os objetos de conhecimento histórico, servindo como uma ponte entre o saber do professor e o aluno. O objetivo é permitir que o aluno internalize, reflita e questione os tópicos abordados no processo de ensino-aprendizagem.

Na prática, o guia didático funciona como um material informativo e instrutivo, uma ferramenta pedagógica que, quando usada adequadamente pelo professor, torna o conteúdo

escolar mais atraente e acessível. Isso é crucial, pois uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos professores de História, por exemplo, é transmitir o conteúdo de maneira inovadora e diferenciada, fugindo do ensino tradicional, que ainda persiste em muitas escolas com suas aulas expositivas e monótonas.

Outrossim, na imagem que acompanha este trabalho (Figura 18), estão listados os requisitos essenciais para a produção de um guia didático. O processo de composição deve ser flexível, adaptando-se à realidade do público-alvo, especialmente no contexto da sala de aula e no ensino de História. Este arcabouço básico oferece uma base interessante a ser seguida e contemplada na criação do guia.

Figura 18 - Estrutura básica de um guia didático



Fonte: Rangel; Oliveira; Delcarro (2019, p. 9)

Nessa perspectiva, construir um guia didático como material textual, requer empenho e criatividade de seu autor, desde a confecção da parte técnica e metodológica, até o conteúdo que será trabalhado ao longo do material, por sua vez, vinculado ao tema abordado, que deve ser contextualizado e, ao mesmo tempo, contemplar e alinhar aspectos didático-pedagógicos e teórico-metodológico, a depender do seu público-alvo, objetivos, resultados esperados e possíveis impactos na sociedade.

Em razão disso, conforme o Grupo de Trabalho vinculado à Capes (Brasil, 2019), ao abordar à vasta produção técnica e tecnológica de produtos educacionais oriundos das mais diversas pesquisas científicas em programas de pós-graduação de todo o Brasil, o *material didático* acaba sendo constituído mediante alguns critérios metodológicos, tais como: definição, subtipos e alguns exemplos de enquadramento técnico, a saber:

Definição: Produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais. **Sub-tipos:** impressos, audiovisual e novas mídias. **Exemplos:** a) impresso: coleções; livro didático e paradidático; guias; mapas temáticos; jogos educativos [...] (Brasil, 2019, p. 43-44).

Mediante o exposto, o guia didático é um tipo de material impresso inserido no campo educacional e de grande auxílio aos agentes da educação básica, alunos e professores. Tratando-se, especificamente, no ensino de História, as construções de produtos educacionais, como os guias, conseguem ampliar o leque de possibilidades pedagógicas em se trabalhar determinados objetos de conhecimento histórico em sala de aula, para além do clássico livro didático.

Ademais, esses produtos educacionais são mecanismos para a mediação, transposição e aquisição de novos saberes, nos mais distintos espaços de aprendizagens, à medida em que, para Bittencourt (2008), “os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina” (Bittencourt, 2008, p. 296). E estes materiais são classificados, categoricamente, como suportes informativos ou documentos.

Os suportes informativos correspondem a todo discurso produzido com a intenção de comunicar elementos das disciplinas escolares. Nesse sentido, temos toda a série de publicação de livros didáticos e paradidáticos, atlas, dicionários, apostilas, cadernos, além de produção de vídeos, CDs, DVDs e materiais de computador (CD-ROM, jogos, etc.). Os suportes informativos pertencem ao setor da indústria cultural e são produzidos especialmente para a escola, caracterizando-se por uma linguagem

própria, por um tipo de construção técnica que obedece a critérios de idade, como vocabulários, extensão e formatação, de acordo com os princípios pedagógicos (Bittencourt, 2008, p. 296).

Nessa trajetória conceitual, o guia didático é visto como um suporte informativo, que detém de uma funcionalidade social e cultural, a qual consiste em justamente transpor pesquisas e textos acadêmicos e formais em produções lúdicas e dinamizadoras, como forma de aproximar a comunidade acadêmico-científica da sociedade, que muitas vezes, não tem conhecimento daquilo que foi e está sendo estudado e escrito pelos pesquisadores do país. Concomitantemente, é uma oportunidade exequível, ao tornar essas produções mais acessíveis, via divulgação em meios de comunicação ou plataformas digitais, como as mídias e redes sociais.

Com esse entendimento, uma parcela significativa da sociedade encontra-se no espaço escolar da educação básica, pois a necessidade de direcionar produtos educacionais para alunos e professores cresce cada vez mais, diante dos desafios educacionais perceptíveis e relatados por esses sujeitos ou agentes do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, esses produtos educacionais – guias didáticos, intencionalmente ou não, acabam por provocarem novas reflexões de práticas, recursos e saberes difundidos no espaço descrito, pois “para que o aprendizado efetivo e significativo se processe, necessitamos de constantes revisões e acréscimos de ordem metodológica” (Carneiro, 2017, p. 15).

Todavia, efetivar esse aprendizado na prática, requer uma disposição do mediador do processo, que é o professor, em aproximar os saberes construídos historicamente com a vida prática e cotidiana de seu alunado, porque o conteúdo trabalhado ou objeto de estudo abordado deve possuir um sentido para os estudantes, ao se apropriarem desses saberes. Uma relação convidativa às estratégias de facilitação da aprendizagem e metodologias de ensino, como a proposição da educação patrimonial, dentro e fora do cotidiano escolar.

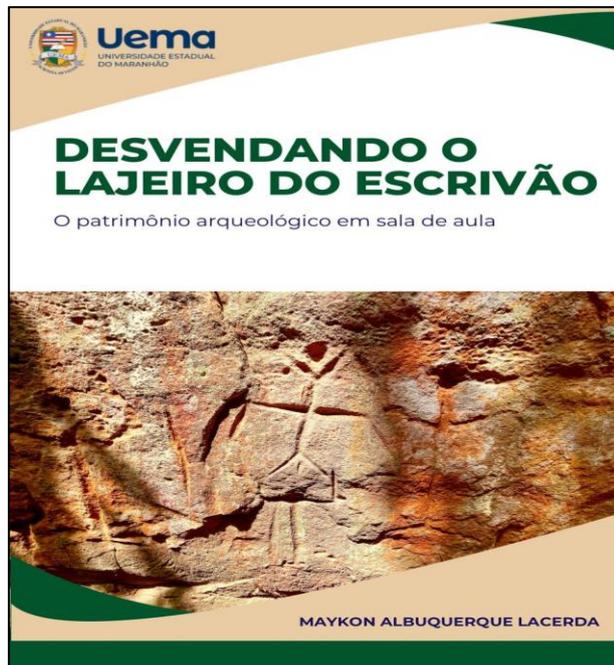
Uma estratégia que, se amparada em um suporte informativo – guia didático, terá êxito ao visibilizar elementos formativos das vidas e experiências pessoais de alunos e professores. Simultaneamente, trata-se de um verdadeiro enredo, que para Viana (2016), dimensiona a História Local como um contributo incisivo ao campo historiográfico e didático, mediado pela educação patrimonial, ao potencializar e orientar a realidade histórica pontuada pelas narrativas dos sujeitos e pelos variados objetos, ao longo do processo histórico em si.

4.4 Descrição técnica e metodológica do guia proposto: um material didático-pedagógico para Professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental

Em relação à nomeação e estrutura do Guia Didático para o ensino de História Local, acordou-se o seguinte título, “**DESVENDANDO O LAJEIRO DO ESCRIVÃO: o Patrimônio Arqueológico em sala de aula**”, cuja divisão interna foi esquematizada em unidades temáticas específicas. Dessa maneira, respectivamente tem-se: Apresentação: na qual introduz-se contextualmente o sítio arqueológico, sua relevância, objetivos e público-alvo direcionado, além da inovação desse material proposto para o professor, por seu caráter potencializador nas aulas de História na educação básica (anos finais do ensino fundamental), junto à transversalidade da educação patrimonial.

Assim, logo abaixo, apresenta-se a capa do Guia Didático, já finalizado (Figura 19).

Figura 19 - Capa do Guia Didático.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Posteriormente, tem-se a “**Unidade I – Conhecendo e Explorando o Patrimônio Arqueológico**”, em que foram tratados alguns conceitos-chaves, tais como: “sítio arqueológico, lugar de memória, e identidade”, à luz do processo de formação do patrimônio arqueológico brasileiro e seus elementos constitutivos, conseqüentemente, influenciados pelo território maranhense. Assim, esta unidade temática tem como objetivos essenciais: “Compreender a

função do campo de atuação da Arqueologia, na atualidade; Identificar o que são sítios arqueológicos e seus diferentes tipos encontrados no Brasil e perceber o Lajeiro do Escrivão como patrimônio arqueológico local”.

Em termos sequenciais, a “**Unidade II - Lajeiro do Escrivão: um sítio de arte rupestre e de memórias étnicas e milenares** possibilita pedagogicamente: Identificar o Lajeiro do Escrivão como objeto de conhecimento no ensino de História e suas especificidades rupestres; Compreender as representações sociais e narrativas que cercam este lugar de memórias e sugerir propostas didático-pedagógicas, visando uma interatividade entre professores de História e seus alunos em sala de aula e fora dela.”

E por fim, a “**Unidade III - Um panorama arqueológico local: técnicas, visitas e protagonistas de memórias e saberes históricos**, visa: Especificar as técnicas locais usadas para a produção das gravuras rupestres que compõem o Lajeiro do Escrivão; Relatar visitas feitas ao sítio e os principais fios de memórias carregados por protagonistas deste patrimônio arqueológico e sugerir práticas de educação patrimonial na área do Lajeiro do Escrivão como instrumentos constituintes do saber histórico-escolar e de uma aprendizagem significativa”.

Sob esse viés, ao se tratar de um material textual voltado para o professor, utilizou-se uma linguagem acessível, didática, tal como um conteúdo de fácil compreensão, ilustrado e de formato A4, contendo aproximadamente 65 páginas, organizadas para melhor auxílio docente em suas aulas, levando em consideração a realidade de trabalho do professor e seus desafios a serem superados no contexto de ensino e aprendizagem.

Para além disso, foram disponibilizadas sugestões em forma de subseções a serem direcionadas e realizadas pelo alunado, mediados pelo professor de História, a partir das seguintes chamadas internas do material: *Trilhas iniciais; Caça ao “redondo”; Você sabia? Breves reflexões; Algo a mais; Mapeando possibilidades; Exercitando os saberes; Atividade de Verificação de Aprendizagem; Sugestões de livros, blogs, sites, filmes ou mídias digitais*. E é claro, o *Glossário*, ao término de cada unidade temática.

Em termos metodológicos, esclarece-se que foram empregadas algumas tecnologias no processo de produção do Guia Didático, tais como: uso do *Microsoft Word* e *Aplicativo Canva* para a construção textual, estética e imagética, de forma instrucional e lúdica ao público-leitor. Ressalva-se ainda que, foram feitas edições de todos os recursos visuais (mapas, fotografias e tabelas), por sua vez, contextualizados com os objetivos propostos por cada unidade temática, somado à diagramação de todo o material: design e layout gráfico, além da revisão textual e correção ortográfica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma contundente, entende-se que o Lajeiro do Escrivão, na Região dos Cocais, é um sítio arqueológico, exclusivamente de gravuras rupestres – os petróglifos (de tradição de arte rupestre *Geométrica*), feitos por grupos étnicos pré-coloniais, os paleoameríndios – grupos de caçadores e coletores que deixaram suas marcas no grande paredão rochoso de arenito (abrigo sob rocha), formado por técnicas de picoteamento e incisões na rocha (impressões gráficas), como único meio para demarcar, de maneira duradoura, locais na paisagem. Conseqüentemente, sendo essas marcas, mensagens perpetuadas nesse paredão em uma temporalidade de longa duração e ainda poucas exploradas pelos arqueólogos.

Concomitantemente, desdobrado em aspectos relacionados ao cotidiano desses grupos étnicos, como traços de animais, vegetais e da própria fisionomia humana, sendo uma verdadeira demonstração, de uma memória manifestada no formato de desenhos (grafismos pré-coloniais), rabiscados pelos conjuntos de grupos étnicos que se preocuparam em registrar indícios de uma realidade tecida há milhares de anos, não havendo, até agora, uma datação precisa. Em outras palavras, equivale dizer à evidência da presença humana (povos originários) durante o processo de ocupação do território maranhense, condicionado a fatores, como: clima, relevo, hidrografia e cobertura vegetal susceptível à sobrevivência da humanidade, e que contém informações do passado do que é hoje o território maranhense e a diversidade cultural que foi, passo a passo, deixada.

Sob essa análise, os atuais impasses que circundam o Lajeiro do Escrivão poderão ser solucionados, a partir da busca de parcerias oficiais entre os órgãos competentes ou instituições responsáveis pelo quesito patrimonial no estado do Maranhão, como a Superintendência do Iphan no Maranhão, o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP/MA), a Gestão Municipal de São João do Sóter e também a colaboração do Ministério Público, que tem a missão de agir em defesa do patrimônio público e garantir sua regularização no âmbito judicial.

Para o cumprimento dessas possibilidades, por exemplo, através de ações de salvaguarda efetiva e ampla desse bem patrimonial e local, tem-se os seguintes procedimentos recomendáveis: fazer aquisição da área onde se encontra o sítio, por parte da Prefeitura Municipal de São João do Sóter (por conhecer melhor a realidade rural da cidade), visto que o Lajeiro do Escrivão está em uma propriedade privada; financiar uma escavação arqueológica no sítio para a descoberta de possíveis vestígios materiais na localidade, a fim de levá-los a análise laboratorial, catalogação e exposição das peças a serem mapeadas; construir um

inventário participativo de bens culturais materiais, com a inserção do Lajeiro do Escrivão como patrimônio arqueológico sotense junto à colaboração das comunidades rurais ao seu redor (coleta de entrevistas com moradores) e publicizá-lo em meios de comunicação do Poder Público Municipal, pois poucas pessoas têm conhecimento da existência do sítio arqueológico, logo é necessário que o site da prefeitura seja “alimentado” com mais informações no que concerne a esse patrimônio local.

Para além disso, propõe-se: promover a educação patrimonial no sítio (como iniciativa de gestão educativa), por meio de aulas-passeios de alunos e professores da educação básica, guiadas por roteiro de aula campo (modelo tido no guia didático – produto educacional proposto); criar uma lei específica que assegure a proteção ambiental, material e estética do Lajeiro do Escrivão, por intermédio da Câmara Municipal de São João do Sóter; firmar uma parceria entre algumas secretarias municipais para a fiscalização e controle de entrada e saída de pessoas do sítio retratado, como forma de manter a caracterização original e rupestre do sítio, evitando sua desconfiguração estética e destruição das gravuras rupestres que integram seu painel.

Outrossim, é necessário desenvolver o chamado ecoturismo sustentável na Região dos Cocais, colocando o Sítio Lajeiro do Escrivão em uma Área de Proteção Ambiental (APA), amparada por lei municipal, visando atrair turistas para participar de trilhas ecológicas até o sítio. Tendo em vista que, ao longo do percurso, poderão ser implantados pontos de apoio para venda e consumo de artesanato, por sua vez, feitos pelos próprios moradores locais, possibilitando o fluxo de geração de emprego e renda em São João do Sóter. Com isso, também é viável acompanhar o processo de tombamento do Lajeiro do Escrivão pelo Iphan.

Assim, através do estudo do Lajeiro do Escrivão é possível identificar saberes, memórias e intencionalidades históricas simbolizadas esteticamente em gravuras rupestres que indicam milhares de anos de adaptação humana ao ambiente, além de um cotidiano retratado em uma estrutura material significativa. Portanto, trata-se de um bem cultural que, ao ser pensado e repensado no ensino de História, conseguirá promover a constituição de uma narrativa local e um estudo didático-pedagógico nas aulas de História, iniciado pela relação aluno-professor ao conhecerem, identificarem e analisarem o Lajeiro do Escrivão como instrumento de uma consciência histórica individual e coletiva das atuais e futuras gerações, especialmente, porque são os sujeitos históricos que nomeiam os espaços, constroem memórias, atribuem valores, registram o cotidiano e representam os múltiplos significados das mais variadas realidades experienciadas.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

BARBOSA, Caio Alexandre Costa; SOUZA, Luzia Mary Silva (Coord.). **Inventário Turístico de São João do Sóter - MA Polo Cocais**. Maranhão, 2019. São João do Sóter: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Disponível em: <https://docs.google.com/uc?export=download&id=1qEbKoK7zWj9DXKAg-wRY0P-M1WxVRAnh>. Acesso em: 05 jun. 2024.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro; LEITE, Eliane Gaspar. O Muiraquitã. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, n. 09, p. 5, dez. 1997.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro; LEITE, Eliane Gaspar. Grafismos Rupestres. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, n. 12, p. 5-7, dez. 1998.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. **Ficha de registro de Sítio Arqueológico**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Natural. Ministério da Cultura. CESC-UEMA/UFPI. São Luís: 2000.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. **Relatório de viagem**. São João do Sóter. São Luís: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão-SECMA, março de 2012.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. **Ficha de registro de Sítio Arqueológico**. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA. Departamento de Identificação e Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Natural. Ministério da Cultura. São Luís: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão-SECMA, 2017.

Fonte Hemerográfica

FOLHA DOS COCAIS. **Homem primata morou em Caxias**. Caxias, Maranhão, 1995, p. 4.

Legislação

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Samia/Downloads/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Samia/Downloads/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site%20(2).pdf). Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado, 1988. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos do país. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Arqueológico**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica-Grupo de Trabalho**: relatório. Brasília: MEC, 2019.

Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Fundamental. 3º e 4º Ciclos – História. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/pcn_5a8_historia.pdf. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria n.º 375, de 19 de setembro de 2018**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria n.º 316, de 04 de novembro de 2019**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: https://www.scientiaconsultoria.com.br/documentos/PORTARIA_N%C2%BA316_4_NOVE_MBRO_2019.pdf. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG**. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/login>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/SGPA**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGQ5ZjM0MmUtMTBiNi00YmEyLThjYTItZjJmZjVlYTUyODZmIiwidCI6Ijg2ZjcwMTg4LWZmZmEtNDI3OS1iNjQzLTliOTZiYWQxZDgwOSJ9&pageName=ReportSection04265b30eab806d46f52>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos – CNIGP**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lei de n.º 11.771, de 17 de setembro de 2018**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=599831. Acesso em: 05 jun. 2024.

MARANHÃO. **Lei n.º 5.082, de 20 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção cultural do Estado do Maranhão. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/legislacao/legislacao_estadual/Noticia3515A3292.doc. Acesso em: 19 out. 2023.

MARANHÃO. **Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ySAHICYIWheaFju__pkAbykeAbPsE7ce. Acesso em: 05 jun. 2024.

Blogs, site e YouTube

BARBOSA, Caio. Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão. **Blog sincotur-sjs**. São João do Sóter, fev. 2018. Disponível em: <http://sincotur-sjs.blogspot.com/2018/02/sitio-arqueologico-lajeiro-do-escrivao.html>. Acesso em: 21 jun. 2021.

COSTA, Filipe Bezerra. **ECOTURISMO**: uma forma de empreender e divulgar um sítio ecológico, gerando renda local e na região, em uma Área de Proteção Ambiental, na cidade de São João do Sóter-MA. YouTube, 29 de março de 2020. 02min20s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HGfMtF-uD1I>. Acesso em: 20 jan. 2023.

HISTÓRIA Lab. **Patrimônio Arqueológico do Maranhão**. Canal do Laboratório de Ciências Humanas do Campus de Codó da UFMA. YouTube, 16 de dezembro de 2020. 1h25min.26s Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nRORTR5W90E>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SABÁ, Cláudio. Exclusivo: inscrições rupestres próximas a Caxias (Jornal dos Cocais). **Blog do Sabá**. Caxias, 26 mai. 2013. Disponível em: <http://www.blogdosaba.com.br/2013/05/exclusivo-inscricoes-rupestres-proximas.html?m=1>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SILVA, Denis. Instituto Federal do Maranhão discute projetos voltados ao Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão. **Blog noticiando**. Caxias, 22 out. 2018. Disponível em: <https://noticiando2018.wordpress.com/2018/10/22/instituto-federal-do-maranhao-discute-projetos-voltados-ao-sitio-arqueologico-lajeiro-do-escrivao/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

Bibliografia Básica

ASSUNÇÃO, Patrícia Ribeiro de. **Educação Patrimonial em São Luís**: estudo sobre a atuação dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural de São Luís. 73f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UEMA, 2007.

BANDEIRA, Arkley Marques. **Um panorama sobre os registros rupestres no Estado do Maranhão**. 121f. Monografia (Graduação em História/Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA, 2003.

BANDEIRA, Arkley Marques; BRANDI, Rafael de Alcântara (Orgs.). **Nova luz sobre a arqueologia do Maranhão**. 1. ed. São Luís: Brandi & Bandeira Consultoria Cultural, 2014.
BARBALHO JUNIOR, Marcus Saldanha. **Um Estudo sobre a Arqueologia Pré-Histórica do Maranhão**. 85f. Monografia (Graduação em História/Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA, 2001.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **A Fonte Histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BINFORD, Lewis R. **Em busca do passado**. Lisboa: Publicações Europa América. 1983.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CANDAU, Joel. **Antropologia da Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2008.

CANDAU, Joel. Antropologia da Memória. **Memória e identidade**. São Paulo: Ed Contexto, 2011.

CARNEIRO, Maristela. **Metodologia do ensino de História**. 1. ed. Curitiba-PR: IESDE Brasil S/A, 2017.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COSTA, Aryana. História Local. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Org.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV. Editora, 2019.

DELCARRO, Jéssica Silva; OLIVEIRA, Lohan Galvão de; RANGEL, Felipe Sarmenghi. **Como se faz? Guia didático**. Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, 2019.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; MIRANDA, Lílian Lisboa. **Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio e Ensino no ProfHistória: discussões teórico-metodológicas. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, v. 26, p. 281-299, 2019.

GONÇALVES, M. A. História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, A. M. F. C. et al. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2007.

GOUBERT, Pierre. História Local. **Revista Anabaldez**, n. 01, maio/ago. 1988.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizado**. São Paulo, Papirus, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7. ed. Revista. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. **Conhecendo a arqueologia de São Luís**. São Luís: UEMAnet, 2021.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 5. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, p. 7-28 dez. 1993.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S.M. Fidelíssima. In: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. **Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2007.

RIOS, Luiz. **Estudos de Geografia do Maranhão**. São Luís: Gr@phis Editora, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria. A formação da Consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, pp. 297-308, set/dez, 2005.

VASCOLCELOS, M. A. Guia Didático: Proposta pedagógica e aprendizagens. **Revista Educação e Linguagem**. vol. 4. p. 1-9. 2010.

VIANA, Iamara da Silva; MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Educação Patrimonial e Ensino de História: diálogos**. Encontros. Rio de Janeiro, v. 20, p. 49-62, 2013.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **História Local**. 1. ed. Sobral/CE: INTA, 2016.